
O IMPACTO DA ABERTURA COMERCIAL AO EXTERIOR NA
REDUÇÃO DA POBREZA: META-ANÁLISE

Clara Valente da Silva

Dissertação
Mestrado em Economia

Orientado por
Pedro Cunha Neves

2023

Agradecimentos

Neste campo agradeço a todos os que fizeram parte do meu percurso académico, me motivaram, incentivaram e apoiaram durante esta jornada.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, pelo grande suporte emocional e financeiro. Aos meus irmãos, Hélder (*in memoriam*) e Sérgio por todo o amor, carinho, força e persistência que me transmitem.

Quero agradecer também ao João André que esteve sempre presente com muita paciência para me apoiar nos momentos de maior *stress* e angústia, mas também nos momentos de sucesso e alegria.

Deixo uma nota especial de agradecimento a todos os meus amigos e colegas de curso pelo companheirismo e por me ajudarem a ultrapassar todas as dificuldades académicas, tornando o percurso mais risonho.

E por último, mas não menos importante, um muito obrigado ao meu orientador, professor Pedro Neves, por toda a ajuda, disponibilidade, atenção e paciência.

Resumo

Os economistas estão, em geral, de acordo relativamente ao facto de as economias com maior integração com o resto do mundo experienciarem uma melhor performance económica, isto é, a abertura comercial ao exterior está diretamente ligada ao crescimento económico e tende, na maioria dos casos, a melhorar o bem-estar dos pobres; no entanto, não existe consenso na literatura acerca da magnitude em que o comércio externo consegue reduzir a pobreza.

Neste âmbito, a ligação entre a abertura comercial ao exterior e a pobreza gera uma grande heterogeneidade de resultados, sendo que por um lado, há agentes que têm a capacidade de aproveitar os benefícios inerentes à abertura comercial, mas por outro lado há aqueles que aumentam a sua vulnerabilidade, dado que existem diversos canais que influenciam a forma como os agentes respondem às alterações causadas pela abertura comercial ao exterior.

Assim, no presente trabalho realiza-se uma meta-análise da literatura empírica que estima o impacto da abertura comercial ao exterior na redução da pobreza com o objetivo de: i) estimar, em termos médios, a magnitude do impacto da abertura comercial ao exterior sobre a redução da pobreza; e ii) identificar os fatores que explicam as divergências nos resultados dos estudos primários.

Tendo em conta os resultados obtidos, sugere-se que existe evidência de *publication bias* na literatura inerente a este tema e que o efeito médio da abertura comercial ao exterior na redução da pobreza é, efetivamente, significativo e negativo. Além disso, verifica-se que os fatores que mais explicam a heterogeneidade dos resultados são a estrutura de dados e a metodologia utilizada para estimar o efeito médio, a unidade de análise, a região do mundo em observação e se o estudo analisa o efeito da abertura comercial apenas em zonas urbanas ou apenas em zonas rurais.

Códigos JEL: D58, D63, F13, F14, F15, F43, I31, I32

Palavras-chave: Pobreza, Abertura Comercial ao Exterior, Meta-análise

Abstract

Economists generally agree that economies with greater integration with the rest of the world experience better economic performance, that is, trade openness is directly linked to economic growth and tends, in most cases, to improve the welfare of the poor; however, there is no consensus in the literature about the magnitude to which trade openness can reduce poverty.

In this context, the link between trade openness and poverty generates a great heterogeneity of results, where on the one hand there are agents that can take advantage of the benefits of trade openness, but on the other hand there are those that increase their vulnerability, since there are several channels that influence the way agents respond to the changes caused by trade openness.

Therefore, in the present study a meta-analysis of the empirical literature that estimates the impact of trade openness on poverty reduction was carried out with the objective of: i) estimating the average magnitude of the impact of trade openness on poverty reduction; and ii) identifying the factors that explain the divergences in the results of primary studies.

In view of the results obtained, it is suggested that there is evidence of publication bias in the literature on this topic and that the average effect of trade openness on poverty reduction is indeed significant and negative. Furthermore, the factors that most explain the heterogeneity of the results are the data structure and the methodology used to estimate the average effect, the unit of analysis, the region of the world under observation, and whether the study examines at the effect of trade openness only in urban areas or only in rural areas.

JEL Codes: D58, D63, F13, F14, F15, F43, I31, I32

Keywords: Poverty, Trade Openness, Meta-analysis

Índice

1. Introdução	1
2. Revisão de Literatura	4
2.1. Enquadramento Conceptual	4
2.1.1. Conceito de Pobreza	4
2.1.2. Medidas de Pobreza	5
2.1.3. Comércio Externo	8
2.2. Mecanismos de Ligação Comércio Externo – Pobreza	10
2.3. Análise dos Estudos Empíricos	15
3. Metodologia	25
3.1. Meta-análise	25
3.2. Seleção de Estudos para a Meta-análise	26
4. <i>Publication Bias</i> e Estimativa do Efeito Médio	30
5. Meta-regressão Multivariada	34
6. Conclusão	42
Referências	44

Índice de figuras

Figura 1. Funnel Plot.....	31
-----------------------------------	----

Índice de tabelas

Tabela 1. Síntese das Principais Características dos Estudos.....	27
Tabela 2. Estimação da Equação (4).....	33
Tabela 3. Variáveis Explicativas da Meta-regressão Multivariada	34
Tabela 4. Estimação da Meta-regressão Multivariada	36

1. Introdução

A pobreza caracteriza-se pela privação acentuada no bem-estar da população, que se traduz pela vulnerabilidade extrema a aspetos que não se conseguem controlar (como os choques económicos ou doenças), a exclusão social, a falta de educação, saúde, abrigo, nutrição adequada e liberdade de escolha ou de ação. O conceito de pobreza está normalmente associado à escassez de rendimento necessário para satisfazer as necessidades básicas, mas também à carência de capacidades humanas como a falta de voz, de poder e de representação (Banco Mundial, 2001; Todaro & Smith, 2012). Assim, a pobreza distingue-se pela sua complexidade e multidimensionalidade, o que pode resultar em problemas de medição e estimativas divergentes ao longo da literatura (Winters et al., 2004).

O grau de interação comercial que uma determinada economia tem com o resto do mundo, tem um impacto significativo em vários indicadores económicos, promovendo incentivos ao investimento, inovação, competição e ganhos de economias de escala. Neste âmbito, a abertura comercial ao exterior permite que os países em desenvolvimento tenham acesso a determinadas tecnologias que promovem a produtividade e a competitividade, confere vantagem comparativa e cria oportunidades de diversificação do risco. Além disso, permite que a população tenha acesso a uma grande variedade de produtos e serviços, o que estimula a especialização entre setores comerciais, que por sua vez geram crescimento e oportunidades de emprego (Bannister & Thugge, 2001; Butler, 2012; OECD, 2009; Onakoya et al., 2019).

Por outro lado, a abertura ao comércio internacional também vem acompanhada de algumas desvantagens, nomeadamente ao nível das desigualdades. Neste contexto, verifica-se, por exemplo, que a transição do setor de subsistência para o setor moderno, onde o rendimento é superior, pode ser impedida pela aversão ao risco das famílias mais vulneráveis. Além disso, também os influxos tecnológicos podem levar ao aumento das desigualdades, dado que promovem a procura por mão-de-obra qualificada (cujos salários irão aumentar), no entanto, muitas das vezes os países em desenvolvimento não correspondem a esta procura (Mamoon, 2007; Winters et al., 2004).

Efetivamente, a abertura ao comércio internacional tem a capacidade de criar oportunidades para os pobres, aumentando o seu bem-estar, porém também pode levar ao aumento das suas vulnerabilidades quando os agentes não têm a capacidade de responder às alterações provocadas pela abertura comercial e, portanto, ficam com as suas escolhas reduzidas. Assim,

observa-se que as vantagens da abertura comercial ao exterior não são homogêneas entre os agentes económicos, pelo que a população mais desfavorecida nem sempre partilha os ganhos do comércio (Harrison & McMillan, 2007; Higgins & Prowse, 2010; OECD, 2009).

De acordo com Dollar e Kraay (2004), os economistas estão, em geral, em sintonia relativamente ao facto de a abertura comercial ao exterior acelerar o desenvolvimento económico, já que as economias com maior abertura comercial ao resto do mundo experienciam, em geral, uma melhor performance económica, ou seja, a abertura comercial ao exterior está diretamente ligada ao crescimento económico e tende, na maior parte dos casos, a melhorar o bem-estar dos pobres. No entanto, não existe consenso na literatura acerca da magnitude em que o comércio externo consegue reduzir a pobreza. Vários estudos empíricos apresentam resultados díspares, parecendo que “os países em desenvolvimento não são igualmente capazes de fazer uso das oportunidades que resultam do maior acesso aos mercados do mundo desenvolvido” (Le Goff & Singh, 2014, p. 5).

Neste contexto, Bergh e Nilsson (2014) destacam uma relação negativa entre os níveis de globalização e a pobreza, pelo que quanto menores as restrições comerciais e maiores os fluxos de informação, menores serão os níveis de pobreza. Além disto, os autores assumem que a abertura comercial estimula o crescimento e este leva ao alívio da pobreza, sendo que o aumento dos fluxos comerciais está associado a menores níveis de pobreza. Da mesma forma, Bannister e Thugge (2001) demonstram que a abertura comercial ao exterior tem um impacto positivo tanto no emprego como no rendimento dos pobres e sugerem que os benefícios da abertura comercial compensam os custos de ajustamento de curto prazo. Adicionalmente, Le Goff e Singh (2014) e Zhang e Naceur (2019) evidenciam que a pobreza não diminui automaticamente com a abertura ao comércio internacional, ou seja, a abertura ao comércio internacional irá reduzir a pobreza, quando acompanhada de políticas complementares.

Por outro lado, Beck et al. (2007), Boukhatem (2016), Dollar e Kraay (2004), Rewilak (2017) e Seven e Coskun (2016) não encontram qualquer efeito significativo da abertura comercial ao exterior sobre a pobreza. Neste sentido, Singh e Huang (2015) notam que a abertura comercial ao exterior pode até aumentar a pobreza, quando não é acompanhada de esforços para expandir informação sobre o crédito e consolidar os direitos de propriedade dos credores.

Posto isto, tendo em conta que o debate acerca da ligação entre a abertura comercial ao exterior e a pobreza carece de consenso, o objetivo deste estudo é, considerando os vários estudos empíricos existentes na literatura, realizar uma meta-análise que estime o impacto médio do comércio externo sobre a redução da pobreza e identifique as principais causas para as divergências nos resultados reportados. Procura-se, assim, responder às questões: “Qual é, em termos médios, a magnitude do impacto da abertura comercial ao exterior sobre a pobreza? Que fatores explicam a heterogeneidade nos resultados reportados pelos estudos empíricos?”.

A metodologia para responder às questões de investigação consiste numa meta-análise, que se caracteriza por um método quantitativo de revisão de literatura em que são utilizados procedimentos estatísticos para combinar resultados de diferentes estudos sobre um determinado tema. Torna-se útil sobretudo quando existem estudos com resultados inconclusivos ou contraditórios sobre uma determinada questão, para averiguar os fatores que causam as variações nos resultados (Imbeau et al., 2001; Neves et al., 2016; Roscoe & Jenkins, 2005).

Assim, a meta-análise realizada confirma que o efeito médio da abertura comercial ao exterior na redução da pobreza é significativo e negativo e revela também a existência de *publication bias* na literatura inerente a este tema. Além disso, verifica-se que a heterogeneidade dos efeitos reportados nos resultados dos estudos primários é explicada essencialmente pela estrutura de dados e pela metodologia utilizada para estimar o efeito médio, a unidade de análise, a região do mundo em observação e se o estudo analisa o efeito da abertura comercial apenas em zonas urbanas ou apenas em zonas rurais.

A dissertação encontra-se dividida por secções, sendo que após a introdução, na secção 2 é exposta a revisão de literatura, que recai sobre a relação entre a abertura ao comércio internacional e a pobreza. A secção 3 incide sobre a metodologia, onde se analisa o conceito de meta-análise e o procedimento para a execução da mesma. Na secção 4 estima-se o efeito médio e apura-se a existência ou não de *publication bias* na literatura, através de técnicas específicas da meta-análise. Em seguida, na secção 5, estima-se a meta-regressão multivariada com o objetivo de identificar os fatores que explicam a heterogeneidade dos resultados. E por fim, (secção 6) são apresentadas as principais conclusões que a meta-análise propicia.

2. Revisão de Literatura

Esta secção incide sobre a relação entre a abertura comercial ao exterior e a pobreza, e divide-se em três subsecções, sendo que a primeira consiste no enquadramento conceptual, que abrange essencialmente a definição dos conceitos chave; a segunda é relativa aos mecanismos de ligação entre o comércio externo e a pobreza; e a terceira incide na análise dos estudos empíricos sobre o tema.

2.1. Enquadramento Conceptual

2.1.1. Conceito de Pobreza

A pobreza é considerada uma deficiência acentuada no bem-estar, que se traduz pela privação de liberdade de escolha ou o controlo da própria vida, ser saudável, bem nutrido e vestido, ter educação e participar na vida da comunidade (Banco Mundial, 2001; Todaro & Smith, 2012). Assim, a pobreza está normalmente associada à escassez de rendimento necessário para satisfazer as necessidades básicas como alimentação, vestuário e abrigo, mas também à carência de capacidades humanas (Banco Mundial, 2001; Justine et al., 2012).

Neste âmbito, o economista Amartya Sen salienta a ideia de que a pobreza vai muito além do rendimento e abrange aspetos essenciais relacionados com a falta de liberdade de ação e de escolha dos indivíduos para terem uma vida como valorizam. O autor define as capacidades como a liberdade de escolha que o indivíduo tem relativamente aos bens que venha a possuir. Na realidade, não é importante aquilo que possui, mas sim o uso que lhe dá, que depende do seu rendimento, da saúde e da educação (Todaro & Smith, 2012, p. 16).

Inerente à pobreza está também a privação de saúde e educação adequadas, a extrema vulnerabilidade a aspetos que não se conseguem controlar, como os desastres naturais, doenças e choques económicos. Além disso, os pobres estão normalmente expostos a maus-tratos por parte da sociedade e das instituições do Estado, pelo que estão sujeitos à exclusão social, bem como à falta de voz, de poder e de representação (Banco Mundial, 2001).

Importa salientar que a pobreza pode ser distinguida entre absoluta ou relativa. Em 2017 as linhas de pobreza internacionais foram revistas após a alteração das paridades de poder de compra (PPP) (permite comparações internacionais dos padrões de vida entre países), pelo que a linha de pobreza absoluta passou de US\$1.90 (2011 PPP) para US\$2.15 (2017 PPP),

contudo, esta mudança não significa que a nova linha de pobreza é agora superior e que o número de pessoas contabilizadas como pobres irá aumentar, apenas traduz a alteração dos valores nominais em dólares entre 2011 e 2017 (Banco Mundial, 2022). Assim, a pobreza absoluta diz respeito a todos os indivíduos que vivem abaixo do limiar de pobreza absoluta, sendo incapazes de alcançar um nível mínimo de rendimento que lhes permita satisfazer as suas necessidades básicas (abrigo, vestuário e alimentação). Já a pobreza relativa refere-se a indivíduos que se encontram numa situação de desvantagem, tanto financeira como social, comparativamente com outros agentes económicos na mesma sociedade. Na Europa, é comum a utilização da linha de pobreza relativa, que contabiliza os pobres como o número de pessoas cujo rendimento disponível é inferior a 60% do rendimento mediano nacional (Brander et al., 2020; Lelkes & Gasior, 2011; Todaro & Smith, 2012).

2.1.2. Medidas de Pobreza

A pobreza é um fenómeno complexo e multidimensional, o que pode resultar em problemas de medição e estimativas divergentes ao longo da literatura. Pode ser medida tanto em termos monetários como não-monetários, porém, os dados disponíveis nos países em desenvolvimento são normalmente provenientes de inquéritos às famílias, pelo que as medidas mais comuns ao longo da literatura para quantificar a pobreza são normalmente baseadas no rendimento. As principais medidas adotadas são o *headcount*, o *headcount index* ou *headcount ratio*, e o *total poverty gap* (Fauzel, 2020; Todaro & Smith, 2012).

O *headcount* consiste no número de indivíduos cujo rendimento está abaixo da linha de pobreza absoluta; o *headcount index* corresponde ao *headcount* em função do número total de população; e o *total poverty gap* equivale ao montante total de rendimento necessário para que todos os indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza absoluta se posicionem acima da mesma, por outras palavras, corresponde à “soma da diferença entre a linha de pobreza e o nível de rendimento real de todas as pessoas que vivem abaixo dessa linha” (p.212) (Todaro & Smith, 2012).

Existem ainda o *squared poverty gap* (SPG) que está relacionado com o *Poverty Gap*, sendo calculado a partir da média do rácio *total poverty gap* ao quadrado. Ao elevar ao quadrado cada um dos dados do *poverty gap*, atribui mais peso quanto mais o rendimento de uma pessoa

pobre se situa abaixo do limiar de pobreza. Essencialmente o SPG é uma forma de soma ponderada do *poverty gap*, com o peso proporcional ao *poverty gap* (Banco Mundial, 2014).

Além destas medidas, outra forma de quantificar a pobreza é através do índice de *Foster-Greer-Thorbecke* (FGT), que propõe uma abordagem completa para medir a pobreza ao considerar a percentagem de pobres, o seu consumo médio e a distribuição do consumo entre os pobres. O FGT baseia-se essencialmente no intervalo normalizado entre o rendimento atual de um agregado familiar pobre e o limiar de pobreza relativo, pelo que é considerado um indicador de pobreza relativa (Foster et al., 2010).

Outra abordagem para medir a pobreza é através do *Multidimensional Poverty Index* (MPI), que sustenta a ideia de que a pobreza não pode ser perfeitamente quantificada através do rendimento, uma vez que abrange múltiplas privações. Desta forma, o MPI analisa as privações ao nível do agregado familiar através de dez indicadores em três dimensões igualmente ponderadas – saúde, educação e padrão de vida –, identificando os pobres e de que forma é que são pobres ao evidenciar tanto o nível, como a natureza da privação (UNDP, 2020).

Efetivamente, contar o número de pessoas que vivem abaixo de um limiar de pobreza consensual pode ter várias limitações. Por exemplo, considerando uma linha de pobreza absoluta de US\$450 por pessoa, há uma grande diferença se a população considerada absolutamente pobre ganhar \$300 ou \$400. Ou seja, apesar de no momento do cálculo da proporção de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza, toda a população considerada absolutamente pobre receber o mesmo peso, a situação de pobreza é mais grave no caso daqueles que ganham \$300 comparativamente com os que ganham \$400. Consequentemente, muitos economistas preferem calcular o *total poverty gap* em detrimento do *headcount* ou do *headcount index* (Todaro & Smith, 2012).

Adicionalmente, uma medida de pobreza apropriada deve ter em consideração a distribuição de rendimentos entre os pobres e tal como amplamente aceite pelos economistas do desenvolvimento, deve cumprir quatro pressupostos: o anonimato, a independência da população, a monotonicidade e o princípio da distribuição. Os primeiros dois indicam respetivamente, que a medida de pobreza não deve depender de quem tem o rendimento mais elevado nem do número de beneficiários dos rendimentos. O pressuposto da monotonicidade e o princípio da distribuição subentendem, respetivamente, que uma redução no rendimento de um indivíduo abaixo do limiar de pobreza e a transferência de

rendimento da população abaixo do limiar de pobreza para a população mais rica levam ao aumento da medida de pobreza, mantendo tudo o resto constante (Sen, 1976; Todaro & Smith, 2012).

Posto isto, o *headcount* não satisfaz a independência da população, enquanto o *total poverty gap* apesar de satisfazer a monotonicidade, viola o princípio da distribuição tal como o *headcount index*, pelo que são insensíveis à distribuição de rendimentos entre os pobres. Contrariamente, o índice FGT cumpre os quatro pressupostos desejáveis para uma medida de pobreza adequada (Sen, 1976; Todaro & Smith, 2012).

No entanto, as medidas de pobreza normalizadas pelo número total da população, como é o caso do índice FGT, mas também do *headcount index*, não fornecem informação sobre o número total de pessoas absolutamente pobres. Além disso, o FGT é um índice estático e unidimensional, utilizando dados relativos a um único indicador de bem-estar, o que o torna pouco sensível às tendências demográficas como epidemias ou a correlação positiva entre a mortalidade precoce e a pobreza, que podem influenciar os dados utilizados pelo índice FGT (Foster et al., 2010).

Outra desvantagem inerente ao índice FGT é a utilização de inquéritos que fornecem informação sobre os recursos ao nível do agregado familiar e não ao nível individual, sendo que os níveis de pobreza devem refletir diferenças reais nas necessidades decorrentes de variações no tamanho e na composição do agregado familiar, bem como as desigualdades na alocação de recursos dentro do próprio agregado familiar (Foster et al., 2010). Neste âmbito, também o MPI é desenvolvido ao nível do agregado familiar, uma vez que os inquéritos relativos ao padrão de vida e ao desenvolvimento humano são realizados maioritariamente ao nível do agregado familiar, o que dificulta a análise da pobreza multidimensional ao nível individual. Contudo, apesar disso, a disponibilidade de dados ao nível do agregado familiar é preferível comparativamente com os dados ao nível nacional, pelo que tem vindo a contribuir para a melhoria do estudo da economia do desenvolvimento (Todaro & Smith, 2012).

A escolha da medida de pobreza vai depender do propósito da sua utilização. De facto, apesar das suas limitações, a medida mais comum para quantificar a pobreza é o *headcount index*, ao focar-se na incidência da pobreza, isto é, evidencia a variação da percentagem de pessoas consideradas extremamente pobres, no entanto, não considera a intensidade da pobreza, ou seja, o nível de privação médio de cada indivíduo. Além disso, as medidas de pobreza baseadas no rendimento bem desenvolvidas, como é o caso do índice FGT, terão sempre

uma grande aplicabilidade, porém, o MPI é a medida mais completa da pobreza multidimensional ao considerar as variações tanto na incidência como na intensidade da pobreza (Todaro & Smith, 2012; UNDP, 2020).

2.1.3. Comércio Externo

A abertura comercial ao exterior traduz-se no grau de negociação comercial que uma determinada economia tem com o resto do mundo. É de notar que a abertura ao exterior é considerada uma área de interesse, na medida em que tem um impacto significativo em vários indicadores económicos, promovendo incentivos ao investimento, inovação, competição e ganhos de economias de escala. Ademais, tem a capacidade de criar oportunidades, particularmente para os pobres participarem em iniciativas económicas, ao permitir a polarização do emprego e a propagação da riqueza (Butler, 2012; Fambeu, 2021; Onakoya et al., 2019; Rahman et al., 2022).

O comércio internacional torna as economias mais abertas e integradas com o resto do mundo, sendo que as economias abertas ao exterior têm o benefício de diversificar as suas exportações, o que lhes confere vantagem comparativa, e tornam-se menos dependentes do mercado interno. Além disso, também têm a vantagem da diversificação do risco, ou seja, as recessões da economia nacional poderão ser compensadas pelo eventual crescimento da economia internacional. No entanto, a abertura ao comércio internacional tem a desvantagem de tornar a economia mais vulnerável a choques externos, bem como a grandes mudanças nos termos do comércio, o que pode ter um grande impacto no crescimento económico. Se o choque afetar, por exemplo, o setor agrícola, afeta de forma negativa os pobres (Bannister & Thugge, 2001).

Neste âmbito, o comércio tem a particularidade de permitir que as empresas dos países em desenvolvimento tenham acesso a determinadas tecnologias que são fundamentais para promover a produtividade e a competitividade, sendo que os ganhos de produtividade decorrem do maior acesso da população mais pobre a uma grande variedade de produtos e serviços, o que estimula a especialização entre setores comerciais que por sua vez geram crescimento e oportunidades de emprego (Butler, 2012; OECD, 2009).

Além disso, as empresas que produzem tanto para o mercado interno como para o mercado externo, têm maior facilidade para recuperar os investimentos em investigação e

desenvolvimento (I&D), através de uma vasta quantidade de vendas, em comparação com as empresas que produzem apenas para o mercado interno, pelo que o comércio gera ganhos de economias de escala. Adicionalmente, o comércio também promove a inovação através da globalização das cadeias de valor, isto é, estimulando a divisão global dos processos de produção, por exemplo, através do incentivo à harmonização das normas técnicas internacionais (OECD, 2009).

De acordo com Winters e Martuscelli (2014) a liberalização do comércio tendencialmente estimula o aumento do rendimento médio promovendo o crescimento económico. No entanto, os efeitos variam conforme as condições complementares, como a facilidade de mobilização dos fatores de produção entre setores; e dependem da forma como os pobres vivem, da natureza da reforma comercial adotada e das políticas adotadas pelo governo relativamente à redistribuição de rendimentos ou bens, através da tributação e do investimento na proteção social, saúde, educação, infraestruturas e outros bens públicos (Bird, 2004; Winters & Martuscelli, 2014).

Assim, os efeitos da abertura comercial ao exterior verificam-se tanto nos preços como no mercado, ao aumentar os recursos e ao oferecer novas oportunidades de subsistência, através de rendimentos superiores e da melhoria do funcionamento dos mercados (Bird, 2004). Ademais, os efeitos podem ser diretos, verificando-se um impacto positivo no bem-estar, em função do aumento no emprego, investimento, rendimento, capacidade produtiva e receitas do governo, bem como indiretos, através da alocação de recursos e do crescimento económico (Santos-Paulino, 2017).

Apesar de o aumento do comércio internacional promover melhores resultados económicos, através da eliminação das barreiras comerciais e, portanto, garantindo um maior acesso ao mercado, as desigualdades entre países têm vindo a acompanhar a globalização, pelo que também existem efeitos negativos ao nível do emprego, do rendimento e da segurança no trabalho (Mamoon, 2007). Neste contexto, sabendo que o comércio internacional estimula a transição do setor de subsistência para o setor moderno, onde o rendimento é superior, a vulnerabilidade dos agregados familiares pode impedi-los de participar em atividades mais lucrativas devido à sua aversão ao risco (Winters et al., 2004).

Outros efeitos adversos são visíveis, por exemplo, através da distribuição de rendimentos na economia, visto que quando o capital humano é desigualmente distribuído a abertura ao comércio internacional pode prejudicar os trabalhadores não qualificados, contribuindo para

o aumento das desigualdades. A abertura comercial ao exterior é maioritariamente acompanhada por mudanças tecnológicas, isto é, há influxos de tecnologia, a procura por trabalho qualificado aumenta e consequentemente a mão-de-obra qualificada é beneficiada em detrimento da mão-de-obra não qualificada. Assim, se os países em desenvolvimento não corresponderem ao aumento da procura por trabalho qualificado, os salários dos trabalhadores qualificados irão aumentar bem como as desigualdades (Mamoon, 2007; Winters et al., 2004).

Além disso, nem todos os países em desenvolvimento são abundantes em mão-de-obra não qualificada, pelo que se a maioria destes trabalhadores estiver empregado em setores de bens não transacionáveis enquanto as exportações dependem de trabalhadores semiqualeificados, a abertura comercial ao exterior acompanhada de uma depreciação da taxa de câmbio poderá ter efeitos adversos, nomeadamente sob a forma de desemprego (Winters et al., 2004).

Por outro lado, a abertura comercial ao exterior também pode levar à destruição de certos mercados devido ao efeito de uma maior competição nas importações de um mercado local, contudo, é frequente que as medidas que acompanham a abertura ao comércio internacional, como a privatização dos acordos de marketing, estimulem o desaparecimento do mercado e não a própria abertura ao comércio externo (Winters et al., 2004).

Efetivamente, os benefícios da abertura ao comércio internacional, nomeadamente o aumento da eficiência e do bem-estar, tendem a superar os seus custos, em particular o aumento das desigualdades (Mamoon, 2007).

2.2. Mecanismos de Ligação Comércio Externo – Pobreza

As alterações comerciais podem, por um lado, criar oportunidades para os pobres, aumentando o seu bem-estar, ou por outro lado aumentar as suas vulnerabilidades, visto que existem vários canais através dos quais a abertura comercial ao exterior afeta os agentes económicos. Estes canais influenciam a forma como os pobres respondem às oportunidades resultantes da liberalização do comércio, pelo que quando não são capazes de responder às alterações provocadas pela abertura comercial, as suas escolhas ficam reduzidas, o que leva a uma redução do seu bem-estar e ao aumento das suas vulnerabilidades. A ligação entre o comércio internacional e a pobreza origina uma grande heterogeneidade de resultados, sendo que em países distintos se verificam ganhos derivados da reforma comercial em setores

exportadores ou setores com entrada de investimento direto estrangeiro, cujo rendimento dos trabalhadores é baixo. Contrariamente, a pobreza aumenta em setores anteriormente protegidos, expostos a competição das importações (Harrison & McMillan, 2007; Higgins & Prowse, 2010).

Dessa forma, as vantagens da abertura comercial ao exterior não são homogêneas entre os agentes económicos, visto que, de acordo com o estudo da OECD (2009) *Trading Out of Poverty: How Aid for Trade Can Help*, há agentes que ganham e outros que perdem, porque, por um lado, dependem das políticas comerciais adotadas, no caso dos países em desenvolvimento existem determinadas políticas comerciais que limitam a sua participação no comércio internacional, através de barreiras tarifárias e não-tarifárias, como os obstáculos ao comércio de mercadorias e à mobilidade de trabalhadores. Desse modo, os instrumentos políticos devem promover a capacidade produtiva, mitigar os custos de ajustamento e criar oportunidades para os pobres participarem nos ganhos do comércio, através da redução dos custos comerciais, melhoria do acesso a serviços de transporte e eletricidade, microcrédito e redes de segurança social ou profissional (OECD, 2009).

Por outro lado, os ganhos do comércio dependem: “(i) de quanto do crescimento induzido pelo comércio ocorre em setores onde há um grande número de pobres economicamente ativos; (ii) quanto desse crescimento se traduz na criação de emprego e aumentos salariais; (iii) quanto do crescimento se estende a outros setores que absorvem a mão-de-obra em excesso; e (iv) quão bem estão os pobres preparados para aproveitar as novas oportunidades de emprego resultantes do comércio internacional” (OECD, 2009, p. 16).

As flutuações internacionais de preços afetam os pobres de forma desigual, conforme estes sejam consumidores ou produtores efetivos de bens e serviços. Assim, uma diminuição dos preços beneficia os consumidores e prejudica os produtores, enquanto um aumento dos preços tem o efeito oposto. Ademais, também o tipo de bens e serviços comercializados pode beneficiar diretamente (ou não) os produtores através de preços mais elevados, ou através de preços mais baixos para os consumidores, do emprego e dos aumentos salariais. Contudo, apesar da especialização em bens e serviços transacionáveis, desencadeada pela abertura comercial ao exterior ser maioritariamente benéfica, se as famílias dependerem de um só produto comercializável, isso pode aumentar o seu risco por via de choques comerciais externos relacionados com a flutuação dos preços, como por exemplo a diminuição do preço do bem exportado (Higgins & Prowse, 2010).

Adicionalmente, a diminuição dos preços dos bens importados, mantendo o preço dos bens substitutos baixo, estimula o aumento dos rendimentos. Isto é, se o preço dos bens importados for baixo o lucro de outros bens, nomeadamente os bens de exportação aumenta, bem como a sua produção que utiliza como inputs produtos importados. Assim, como os pobres são produtores de exportações, como se verifica no setor agrícola, a eliminação das barreiras à exportação leva ao aumento do preço que o produtor recebe, estimulando o aumento da produção, a procura por mão-de-obra não qualificada, a criação de emprego e um aumento do rendimento. Em contrapartida, no curto prazo se o preço dos bens importados for baixo é suscetível de causar uma diminuição na procura por produtos importados o que leva à diminuição do seu preço doméstico e consequentemente a uma redução na procura de trabalho, no emprego e nos salários (Bannister & Thugge, 2001; Higgins & Prowse, 2010)

De certa forma, a abertura comercial ao exterior pode ser vista como um choque económico, dado que a alteração dos preços provoca alterações na economia que vão depender da sua estrutura de mercado, das infraestruturas e da resposta dos agentes. De acordo com o teorema de Stolper-Samuelson, derivado do modelo de Heckscher-Ohlin do comércio internacional, se o preço relativo de uma mercadoria aumentar, é de esperar que o retorno real do fator utilizado intensivamente na sua produção também aumente. Desse modo, a abertura comercial ao exterior de um país em desenvolvimento, resulta num aumento do preço relativo dos produtos com mão-de-obra não qualificada, mas intensiva, e consequentemente num aumento do salário dos trabalhadores não qualificados. Além disso, à medida que o setor de mão-de-obra não qualificada se expande, também a procura por trabalhadores não qualificados aumenta o que leva ao aumento do emprego. Isto sugere que sendo o fator abundante, nos países em desenvolvimento, mão-de-obra não qualificada, quem mais beneficia com a abertura ao comércio internacional são os pobres (Bannister & Thugge, 2001; Harrison & McMillan, 2007).

A abertura ao comércio externo leva também à redução ou eliminação dos impostos comerciais, que são uma fonte de receita para o governo. Este, na tentativa de manter a estabilidade económica, pode, por um lado, diminuir os gastos governamentais em investimentos sociais e económicos como as infraestruturas, educação, saúde, saneamento e proteção social; ou por outro lado, implementar novos impostos que poderão afetar desproporcionalmente os pobres. Contudo, a liberalização do comércio pode ter um impacto

positivo, negativo, ou neutro nas receitas do governo, conforme a reforma comercial implementada e as circunstâncias particulares do país. Para além disso, as alterações das políticas comerciais também influenciam o aumento ou diminuição das receitas do governo (Bannister & Thugge, 2001; Higgins & Prowse, 2010).

Assim, se os impostos iniciais forem demasiado elevados, a sua redução ou eliminação promove o aumento dos fluxos comerciais, bem como das margens de lucro, pelo que a reforma comercial acaba por ter um efeito neutro nas receitas do governo. Ademais, com a implementação de medidas fiscais apropriadas, é possível os países em desenvolvimento recuperarem grande parte das receitas fiscais perdidas devido à redução dos impostos comerciais. Ou seja, os programas fiscais complementares compensam os impostos comerciais, através de uma estrutura de impostos mais uniforme, eliminando isenções, melhorando a gestão dos impostos e reforçando a tributação interna (Bannister & Thugge, 2001; Higgins & Prowse, 2010).

Outro fator através do qual o comércio internacional influencia a pobreza é a liberalização financeira, que promove a movimentação de capitais entre países. Os fluxos de capital afetam a pobreza a partir de uma maior integração financeira, isto é, permitindo a expansão do acesso ao capital, a novas tecnologias, reduzindo o custo de capital e as restrições ao crédito interno, bem como estimulando o desenvolvimento do setor financeiro nacional, contribuindo desta forma para um aumento do crescimento económico e consequentemente reduzindo a pobreza (Harrison & McMillan, 2007).

A relação entre a abertura comercial ao exterior e a pobreza é bastante debatida na literatura empírica (como será abordado na secção seguinte), no entanto, também há evidência teórica acerca da relação entre as duas variáveis, como destacam Bannister e Thugge (2001), Winters (2002), Winters et al. (2004), Bhagwati e Srinivasan (2002) e Goldberg e Pavcnik (2004). O foco dos estudos teóricos assenta essencialmente na análise da evidência existente acerca da ligação entre a abertura ao comércio internacional e a pobreza e, portanto, o estudo dos mecanismos ou dos canais através dos quais a abertura comercial ao exterior afeta a pobreza. De facto, nem a pobreza nem a abertura comercial ao exterior são facilmente quantificadas, pelo que não é fácil identificar as regularidades empíricas que ligam as duas variáveis. Assim, o processo de análise passa pela decomposição da ligação entre as duas variáveis por etapas, de modo a compilar a evidência existente sobre cada uma das variáveis individualmente (Bannister & Thugge, 2001; Winters, 2002; Winters et al., 2004).

Neste âmbito, a maioria dos estudos teóricos distingue os efeitos estáticos, analisando os agregados familiares, os fatores de mercado, os canais de distribuição e o papel do governo; dos efeitos dinâmicos, que englobam a volatilidade, o crescimento económico de longo prazo e os ajustamentos de curto prazo (Winters, 2002). Como resultado é sugerido que o principal impacto sobre a pobreza advém do rendimento real dos trabalhadores não qualificados, que ao serem abrangidos por mão-de-obra abundante beneficiam da vantagem comparativa ao exportar bens de trabalho intensivo. Por outro lado, a estabilidade macroeconómica também incentiva a abertura ao comércio internacional a aliviar a pobreza, bem como o crescimento económico, isto é, a abertura comercial ao exterior promove o crescimento económico e este por sua vez, estimula a redução da pobreza, por exemplo através do emprego (Bhagwati & Srinivasan, 2002).

A chave para o alívio sustentado da pobreza é o crescimento económico, porém não é o único fator necessário para reduzir a pobreza. No longo-prazo a abertura comercial ao exterior estimula o crescimento económico através do incentivo ao investimento e à inovação. Além disso, o comércio internacional também está associado a maiores fluxos de investimento direto estrangeiro, o que promove o crescimento e a produtividade das empresas nacionais. Do mesmo modo, a abertura ao comércio internacional diminui a desigualdade de rendimentos através do aumento da procura de mão-de-obra não qualificada, reduzindo a diferença de rendimento entre os setores de mão-de-obra qualificada e não qualificada. O emprego também é considerado um fator relevante no alívio da pobreza, ao promover o bem-estar e a sustentabilidade económica. No entanto, apesar de serem exigidas elevadas taxas de emprego para estimular a igualdade de oportunidades na sociedade e a inclusão social, não é uma condição suficiente para alcançar tais objetivos (Bannister & Thugge, 2001; Sharma, 2013; Winters et al., 2004).

Outro aspeto importante na análise dos estudos teóricos é a definição e a medida de pobreza, visto que este é um fenómeno complexo e multidimensional. A abordagem tradicional de pobreza é baseada no rendimento, ou seja, as pessoas são pobres quando não têm a capacidade de satisfazer as suas necessidades básicas. No entanto, apesar desta perspetiva de pobreza ignorar alguns aspetos sociais pertinentes, é um bom ponto de partida para perceber a ligação entre a abertura comercial ao exterior e a pobreza, ao focar-se apenas nos aspetos mais simples, diretos e observáveis da questão (Bannister & Thugge, 2001; Winters, 2002; Winters et al., 2004).

Efetivamente, o comércio tem um papel importante no alcance do crescimento económico sustentado, que por sua vez incentiva o combate à pobreza (OECD, 2009). Segundo Bird (2004) a pobreza agregada pode diminuir, como consequência do aumento dos fluxos comerciais, através do aumento do crescimento económico ou da redução dos preços ao consumidor. Além disso, os ganhos do comércio dependem de um ambiente que permita a mobilização de trabalho e capital entre setores (Higgins & Prowse, 2010).

Por fim, para garantir que o acesso ao mercado internacional é benéfico, os países em desenvolvimento devem acompanhar a abertura comercial ao exterior de políticas macroeconómicas e estruturais complementares apropriadas, de forma a promover a competitividade (caso contrário o crescimento não será tão eficaz), bem como de mercados de trabalho eficientes, um sistema de educação forte e adequado e um ambiente regulamentado. Adicionalmente, e em paralelo com a reforma comercial, deve ainda ser implementada uma reforma fiscal, para aumentar a credibilidade na abertura ao comércio internacional (Bannister & Thugge, 2001; Higgins & Prowse, 2010; OECD, 2009).

2.3. Análise dos Estudos Empíricos

Fauzel (2020) afirma que o “desenvolvimento económico é a capacidade de expansão económica enquanto a pobreza é a privação da capacidade de viver uma boa vida” (p.2). O principal objetivo do desenvolvimento sustentável é a erradicação da pobreza, porém, apesar da abertura comercial ao exterior ser apontada como uma componente chave para as estratégias de desenvolvimento, o seu impacto na redução da pobreza é ambíguo (Fambeu, 2021).

Neste âmbito, a generalidade da literatura empírica aponta para uma relação negativa entre a abertura comercial ao exterior e a pobreza, ou seja, à medida que o comércio internacional aumenta, a pobreza diminui. Tal vai de encontro aos resultados de Bannister e Thugge (2001), Bergh e Nilsson (2014), Castilho et al. (2012), Kis-Katos e Sparrow (2015), Le Goff e Singh (2014), McCaig (2011), Roemer e Gugerty (1997), Topalova (2007, 2010), Tsai e Huang (2007) e Zhang e Naceur (2019). Em contrapartida, existe um grupo mais negligenciável de estudos que não apresentam esse resultado, como é o caso de Agénor (2004), Beck et al. (2007), Boukhatem (2016), Dollar e Kraay (2004), Goldberg e Pavcnik

(2007), Ravallion (2006), Rewilak (2017), Seven e Coskun (2016), Winters (2002), Winters et al. (2004).

Assim, Bergh e Nilsson (2014) apontam para uma relação negativa entre os níveis de globalização e a pobreza, pelo que quanto menores as restrições comerciais e maiores os fluxos de informação, menores serão os níveis de pobreza. Os autores afirmam que este resultado é robusto mesmo quando controlando para o nível de PIB per capita, o que sugere que a abordagem padrão subestima o impacto da globalização na redução da pobreza. Uma possível justificação é a existência de efeitos distributivos que estimulam o rendimento da população mais pobre a crescer mais que o rendimento médio. Além disto, os autores também demonstram que em média, tanto no curto como no longo prazo, o aumento dos fluxos comerciais está associado a menores níveis de pobreza, assumindo que a abertura comercial estimula o crescimento e este leva ao alívio da pobreza.

Da mesma forma, Roemer e Gugerty (1997) afirmam que as economias mais abertas têm a capacidade de compensar o impacto negativo da dependência de recursos, além de que o impacto da abertura comercial ao exterior atua principalmente através do crescimento económico, isto é, a abertura ao comércio internacional estimula o crescimento do PIB que leva ao alívio da pobreza. Assim, Roemer e Gugerty (1997) realçam que em países como a Indonésia, Malásia, Hong Kong e Coreia, cujo crescimento económico nos últimos anos foi mais rápido, viram o rendimento do segmento mais pobre da população a aumentar significativamente. Salientam ainda que a distribuição de rendimentos se altera de forma lenta e que qualquer política que tenha por objetivo a distribuição de rendimento em detrimento do crescimento económico, não terá grande retorno em termos de alívio da pobreza. Posto isto, a evidência empírica aponta que nos países onde se verifica uma distribuição de rendimentos mais uniforme o crescimento é mais rápido, além disso, também indica que as políticas económicas têm a capacidade de compensar a distribuição de rendimentos inicialmente inferior (Roemer & Gugerty, 1997).

Adicionalmente, Bannister e Thugge (2001) demonstram que a abertura comercial ao exterior tem um impacto positivo tanto no emprego como no rendimento dos pobres, além de que os benefícios associados à abertura ao exterior compensam os custos de ajustamento, mesmo no curto prazo. Apesar disso, a abertura ao comércio internacional gera sempre vencedores e vencidos, pelo que do ponto de vista de Bannister e Thugge (2001) há incentivos para a introdução de uma reforma comercial desenvolvida de modo a proteger os pobres,

minimizando os seus custos sempre que possível. Neste sentido, Roemer e Gugerty (1997) também observam que apesar dos pobres beneficiarem de economias mais abertas ao exterior, nos países mais intensivos em recursos cuja riqueza possa estar mais concentrada, os governos têm de fazer um esforço adicional para distribuir os benefícios do crescimento económico de forma eficaz.

Nesta perspetiva, Tsai e Huang (2007) também destacam que a abertura ao comércio internacional contribui para o aumento do rendimento da população mais pobre não só no longo, como também no curto prazo e, portanto, geralmente beneficia o segmento mais pobre da população. As razões que explicam tal resultado é o facto de Taiwan conseguir explorar a sua vantagem comparativa por completo, com a ajuda da abertura comercial ao exterior juntamente com outras medidas que promovem as exportações. Além disso, também o crescimento económico induzido pelas exportações é único uma vez que é baseado em milhares de PME's, que em Taiwan contabilizam a maioria das exportações de manufaturas e do emprego.

Por conseguinte, McCaig (2011) evidencia que a redução das tarifas está associada ao alívio da pobreza, justificando tal resultado em função da mobilidade do trabalho. Consequentemente, o autor demonstra que as províncias do Vietname com maiores cortes tarifários dos Estados Unidos da América (EUA) experienciaram grandes fluxos de migração, porém, as estimativas são baixas para os trabalhadores não qualificados, sugerindo que estes trabalhadores são menos recetivos a alterações das condições económicas. Além disso, o autor também destaca que as alterações tarifárias estão negativamente relacionadas com o crescimento salarial, ou seja, o rendimento dos trabalhadores não qualificados aumenta de forma mais rápida nas regiões mais expostas às reduções tarifárias, enquanto o crescimento salarial dos trabalhadores qualificados relaciona-se pouco com as alterações regionais das tarifas.

Neste sentido, Kis-Katos e Sparrow (2015) demostram que a pobreza na Indonésia reduziu especialmente em regiões com maior exposição do setor de bens transacionáveis à liberalização das tarifas de inputs, ao aumentar o rendimento do segmento mais pobre da população. Ao mesmo tempo a pobreza aumentou com a redução das tarifas e o aumento da competitividade no mercado regional de outputs. Os autores sugerem que o mecanismo de transmissão por detrás deste efeito parece aumentar a competitividade das empresas, o

que conduz a uma maior participação no trabalho para a mão-de-obra pouco qualificada e média, bem como a aumentos salariais para a mão de obra semiquificada.

De acordo com Topalova (2007, 2010) os efeitos da abertura comercial ao exterior são heterogêneos conforme a zona ou o segmento da população, dependendo da habilidade de realocação. Da mesma forma Castilho et al. (2012) realçam que as mudanças induzidas pela abertura ao comércio externo podem diferir de região para região no que toca ao rendimento dos trabalhadores, à composição do agregado familiar ou ao estatuto profissional de todos os membros do agregado familiar.

Tendo isto em conta, Topalova (2010) afirma que as regiões com leis laborais flexíveis e mais reafectação, são suscetíveis de ter um crescimento superior e no geral um melhor desempenho devido à abertura comercial ao exterior. Assim, apesar da maior concentração de trabalhadores de bens transacionáveis nas zonas urbanas, o efeito adverso da abertura comercial ao exterior é mais acentuado nas zonas rurais comparativamente com as zonas urbanas. De acordo com a autora, há uma elevada prevalência de pobreza na Índia rural, bem como uma grande densidade de famílias próximas do limiar de pobreza, pelo que o mesmo choque negativo no rendimento terá um impacto superior na taxa de pobreza rural. Além disso, os trabalhadores da indústria transformadora têm maiores possibilidades, em termos de riqueza, comparativamente com os trabalhadores agrícolas e, portanto, uma redução salarial não os coloca abaixo do limiar de pobreza. Posto isto, Topalova (2010) destaca que a pobreza diminuiu consideravelmente tanto nas zonas rurais como urbanas da Índia nos anos 90, no entanto, nas zonas rurais onde o emprego se concentrava em setores mais expostos a grandes reduções na proteção das tarifas, a redução da pobreza e o crescimento do consumo foi mais lento relativamente a zonas rurais não expostas. Não obstante, a autora também realça que a implementação de políticas para redistribuir alguns dos ganhos da globalização dos vencedores para os vencidos podem tanto mitigar os efeitos sobre a pobreza como aumentar a viabilidade política da liberalização (Topalova, 2010).

Igualmente, Topalova (2007) afirma que os distritos mais expostos à liberalização comercial, com maiores cortes tarifários enfrentaram um aumento da pobreza, pelo que as áreas mais expostas à concorrência exterior não têm a capacidade de beneficiar dos ganhos da abertura comercial ao exterior em termos de redução da pobreza; por outro lado, nas zonas urbanas apesar da relação entre a exposição comercial e a pobreza permanecer negativa não é estatisticamente significativa. Uma possível explicação é a mobilidade do trabalho limitada,

ou seja, os trabalhadores não se deslocam dos setores que estão possivelmente a contrair para os que se estão a expandir, impedindo um dos principais mecanismos geradores de benefícios da abertura ao comércio internacional (dado que o aumento da mobilidade de mão-de-obra minimizará provavelmente os custos de ajustamento da abertura comercial). Assim, as zonas rurais com uma elevada concentração de indústrias que foram desproporcionalmente afetadas pela redução das tarifas, suportaram um progresso mais lento na redução da pobreza. A autora realça ainda a necessidade de políticas complementares à abertura ao comércio internacional, especificamente a reforma do mercado de trabalho, de forma a minimizar o choque da liberalização. Além disso, o estudo também evidencia que o efeito adverso da abertura ao comércio ao exterior na pobreza foi mais pronunciado em regiões indianas com leis laborais inflexíveis e mobilidade de trabalho limitada (Topalova, 2007).

Do mesmo modo, também Castilho et al. (2012) constatarem que a liberalização comercial contribuiu para o aumento da pobreza e da desigualdade nas áreas urbanas, enquanto o oposto se verifica nas zonas rurais. Salientando que a divergência de resultados, pode dever-se ao facto de os trabalhadores das zonas urbanas terem sofrido mais durante o processo de abertura ao comércio internacional, uma vez que trabalham maioritariamente no setor dos serviços e na indústria transformadora; ou devido ao papel das transferências sociais, dada a importância dos programas de transferência condicional de liquidez na redução da pobreza. Por outro lado, considerando os fluxos comerciais Castilho et al. (2012) afirmam que os estados brasileiros têm beneficiado das exportações, que induzem a redução da pobreza com o seu efeito positivo ao nível do bem-estar, enquanto as importações, tal como os cortes tarifários, levam ao aumento da pobreza.

Adicionalmente, Le Goff e Singh (2014) e Zhang e Naceur (2019) evidenciam que a pobreza não diminuiu automaticamente com a abertura ao comércio internacional, pelo que deve ser acompanhada de um setor financeiro desenvolvido, elevados níveis de educação, bem como de instituições e governos fortes e de qualidade. Quando num país em desenvolvimento não se confirmam as condições mencionadas, não só se verifica um efeito negativo direto no bem-estar, como também impede que os pobres beneficiem dos ganhos da abertura comercial ao exterior (Le Goff & Singh, 2014).

Assim, Zhang e Naceur (2019) sugerem que a abertura comercial ao exterior está negativamente correlacionada com a pobreza e a desigualdade, o que significa que maiores

níveis de abertura ao exterior estão associados a níveis de pobreza inferiores. Os autores também destacam que o acesso, a profundidade, a eficiência e a estabilidade do sistema financeiro são essenciais para a redução da pobreza, tal como o desenvolvimento do setor bancário, que em comparação com o mercado bolsista tem um efeito mais robusto na distribuição de rendimento.

Em contrapartida, Agénor (2004), Winters (2002) e Winters et al. (2004) sugerem que não pode existir uma conclusão geral e simples acerca do efeito da abertura comercial ao exterior sobre a pobreza. Apesar da teoria empírica apoiar largamente a visão de que, em média e no longo prazo, a abertura ao comércio internacional reduz a pobreza, o resultado depende de vários fatores, tal como as medidas tomadas na reforma comercial, quem são os pobres e de que forma é que se sustentam (Winters, 2002; Winters et al., 2004). Deste modo, Agénor (2004) destaca a existência de uma relação em U invertida entre a globalização e a pobreza, isto é, perante baixos níveis de globalização, a pobreza tende a aumentar com o aumento da mesma; enquanto para elevados níveis de globalização, a pobreza diminui com o aumento da globalização. Assim, dependendo do contexto do país, a reforma comercial deve, quando necessário, ser acompanhada de políticas complementares de forma a melhorar o seu impacto, particularmente na pobreza (Winters et al., 2004).

No mesmo contexto, Beck et al. (2007), Boukhatem (2016), Dollar e Kraay (2004), Rewilak (2017) e Seven e Coskun (2016) não encontram qualquer efeito significativo da abertura comercial ao exterior sobre a pobreza. No entanto, Seven e Coskun (2016) apresentam o desenvolvimento do mercado bolsista como um fator importante no aumento do rendimento da população mais pobre nos países emergentes, o que é apoiado por indicadores como o crescimento do PIB per capita, a abertura ao comércio internacional, o consumo do governo e o nível de educação. Assim, os autores realçam a importância da estabilidade macroeconómica para a redução da pobreza, sendo que em países onde se verifica um elevado nível de inflação é mais difícil eliminar as desigualdades nos rendimentos (Seven & Coskun, 2016).

Da mesma forma, Boukhatem (2016) aponta que o desenvolvimento financeiro contribui diretamente para a redução da pobreza, independentemente da medida de pobreza utilizada, pelo que é considerado benéfico para os pobres ao aumentar o seu acesso a várias fontes de financiamento. Também Beck et al. (2007) destacam que o desenvolvimento financeiro estimula o alívio da pobreza, controlando para a abertura comercial ao exterior, o nível de

escolaridade e a inflação; por outro lado os autores não encontram quaisquer efeitos distributivos da abertura comercial ao exterior quando controlando para o nível de desenvolvimento financeiro e o rendimento inicial dos pobres. Igualmente, Rewilak (2017) destaca o aprofundamento financeiro como a componente com maior impacto na redução da pobreza, seguindo-se o acesso ao financiamento.

Contudo, a instabilidade financeira decorrente de problemas de liquidez ou crises bancárias constituem grandes constrangimentos para os pobres, na medida em que a disponibilidade dos seus depósitos deixa de estar assegurada e os investimentos financeiros tornam-se cada vez mais difíceis (Boukhatem, 2016; Rewilak, 2017). Tendo isto em conta, Boukhatem (2016) e Seven e Coskun (2016) sugerem que a reforma do setor financeiro deve ser direcionada no sentido de eliminar as repressões financeiras, tornando o crédito disponível através da canalização das poupanças e facilitando o acesso ao mesmo. Por outro lado, Rewilak (2017) afirma que os decisores políticos não se devem concentrar apenas na ideia de que maiores volumes de crédito ou um setor financeiro de maior dimensão poderão por si só reduzir a pobreza.

Por conseguinte, apesar de Dollar e Kraay (2004) afirmarem que a abertura comercial ao exterior não é significativa na redução da pobreza, mostram que a variação do volume comercial tem uma relação positiva e robusta com a taxa de crescimento. Assim, embora não exista uma relação sistemática entre a variação do volume de negócios e a variação da desigualdade de rendimentos, o aumento da taxa de crescimento económico que acompanha a expansão comercial, traduz-se em média em aumentos proporcionais no rendimento dos pobres. Por consequência a evidência de casos individuais sustenta a ideia de que regimes comerciais abertos conduzem ao alívio da pobreza, através do aumento do rendimento dos pobres.

Adicionalmente, Goldberg e Pavcnik (2007) não encontram qualquer indicador robusto sobre o efeito da redução das tarifas na diminuição da pobreza, porém, destacam que elevados níveis de importações ou exportações estão associados, respetivamente, a elevadas ou baixas taxas de pobreza. Além disso, as autoras afirmam que a probabilidade de ser pobre aumenta quando o nível das tarifas é baixo. Assim, os resultados encontrados indicam um efeito pequeno e no sentido oposto, ou seja, a reforma comercial poderá ter contribuído para o aumento da pobreza nas zonas urbanas.

Do mesmo modo, Ravallion (2006) não encontra qualquer correlação entre a expansão do volume comercial e a pobreza. Por outro lado, o autor sugere que no longo prazo poderá detetar uma correlação positiva entre o maior nível de comércio externo e a taxa de redução da pobreza, no entanto, o autor afirma que esta evidência é bastante frágil e os dados disponíveis são mais indicativos de um efeito diverso. Neste sentido o autor aponta que os resultados poderão divergir de acordo com as características do agregado familiar ou conforme a área geográfica. No caso da China e de Marrocos as famílias mais vulneráveis vivem geralmente em zonas rurais e dependem da agricultura e, portanto, a abertura ao comércio internacional teve efeitos negativos nas zonas rurais e positivos nas áreas urbanas. Ravallion (2006) salienta ainda que na China há uma série de fatores não comerciais que desempenharam um papel importante no alívio da pobreza absoluta.

A grande maioria dos estudos empíricos foca-se na análise do efeito da abertura ao comércio internacional sobre a pobreza nos países em desenvolvimento, porém, existem estudos que comparam determinados cenários com os países mais ricos, como demonstram Beck et al. (2007) e Zhang e Naceur (2019). Sempre que o desenvolvimento financeiro aumenta o crescimento económico através do aumento do rendimento da população mais rica, leva ao aumento da desigualdade de rendimentos e, portanto, prejudica a população mais pobres. Por outro lado, a expansão do crédito privado ajuda na diminuição das desigualdades nos países de rendimento médio e elevado, mas não em países cujo rendimento é baixo (Beck et al., 2007; Zhang & Naceur, 2019).

Os estudos em análise são na sua maioria empíricos e utilizam regressões econométricas para estimar o impacto médio da abertura comercial ao exterior sobre a pobreza, bem como os mecanismos subjacentes a esse impacto nos países em desenvolvimento, contudo ao longo dos estudos os métodos utilizados diferenciam-se. Entre outros métodos, o GMM é uma referência na maioria dos estudos, tais como os realizados por: Beck et al. (2007), Boukhatem (2016), Dollar e Kraay (2004), Le Goff e Singh (2014) e Seven e Coskun (2016). No entanto, há autores que optam por utilizar outros modelos, tais como OLS, IV, efeitos fixos ou aleatórios, como é o caso de Agénor (2004), Bergh e Nilsson (2014), Castilho et al. (2012), Kis-Katos e Sparrow (2015), Rewilak (2017), Topalova (2007, 2010), Tsai e Huang (2007) e Zhang e Naceur (2019).

O método OLS é a técnica de estimação mais comum do modelo linear, que estabelece a correlação entre uma variável e um resultado, particularmente na presença de outros fatores

(possivelmente correlacionados) (Sheffett, 2017). No entanto, muitas vezes a estimação por OLS introduz desvios que poderão, em alguns casos, ser corrigidos utilizando variáveis instrumentais, sendo que as mesmas são também úteis para controlar problemas de endogeneidade e causalidade inversa introduzida por algumas variáveis, nomeadamente o desenvolvimento financeiro (Topalova, 2010; Zhang & Naceur, 2019). Do mesmo modo, o método GMM é utilizado com o objetivo de controlar os efeitos específicos do país e a possível endogeneidade das variáveis de controlo (Le Goff & Singh, 2014). Relativamente aos métodos padrão de estimação de dados em painel, os efeitos fixos e os efeitos aleatórios, a grande diferença entre os dois resulta de os efeitos fixos se calcularem a partir das diferenças dentro de cada país ao longo do tempo, enquanto os efeitos aleatórios consideram informação tanto ao nível individual dos países, como ao longo do tempo, sendo por isso mais eficientes. No entanto, para os efeitos aleatórios serem considerados consistentes, os efeitos específicos do país não podem estar correlacionados com outras variáveis explicativas (Neves & Silva, 2014).

Relativamente à medida utilizada para quantificar a pobreza, existem largas divergências entre países, o que pode causar problemas de comparabilidade (Agénor, 2004). O *headcount index* é utilizado na maioria dos estudos que apresentam uma relação negativa entre a abertura comercial ao exterior e a pobreza, tal como Bergh e Nilsson (2014), Castilho et al. (2012), Kis-Katos e Sparrow (2015), McCaig (2011) e Topalova (2007, 2010) evidenciam. No entanto, há exceções como Le Goff e Singh (2014) que utilizam o *headcount* e o *total poverty gap*; Roemer e Gugerty (1997) e Tsai e Huang (2007) que utilizam o rendimento da população mais pobre. Por outro lado, também Ravallion (2006), Rewilak (2017) e Seven e Coskun (2016) fazem uso do *headcount index* para quantificar a pobreza, porém os seus resultados não vão ao encontro do mencionado acima.

Relativamente ao *total poverty gap* é também utilizado em estudos que reforçam a relação negativa entre as variáveis em análise, como por exemplo os estudos que reforçam a necessidade de políticas complementares, instituições e sistemas fortes e de qualidade paralelamente à abertura comercial, tal como Le Goff e Singh (2014), Topalova (2007) e Zhang e Naceur (2019). Além de que é utilizado em estudos cujos resultados diferem consoante a região em estudo, como demonstram Castilho et al. (2012) e Kis-Katos e Sparrow (2015). Contudo, é ainda utilizado por Boukhatem 2016 e Ravallion (2006) cujo resultado difere dos estudos referidos anteriormente. Boukhatem (2016) justifica a utilização

do *total poverty gap* porque evidencia uma noção da distribuição de rendimento, já que a utilização do rendimento da população mais pobre não capta outras dimensões pertinentes sobre a pobreza.

Quanto ao índice FGT é utilizado por Ravallion (2006), cujo resultado vai na mesma direção de Boukhatem (2016), Dollar e Kraay (2004) e Seven e Coskun (2016) apesar destes autores não utilizarem o índice FGT, mas sim o rendimento da população mais pobre para quantificar a pobreza.

No que diz respeito à medida de abertura comercial ao exterior mais comum entre a literatura empírica, é de facto o rácio de importações e exportações em função do PIB, como é possível identificar nos estudos realizados por Beck et al. (2007), Boukhatem (2016), Dollar e Kraay (2004), Le Goff e Singh (2014), Ravallion (2006), Rewilak (2017), Roemer e Gugerty (1997), Seven e Coskun (2016), Tsai e Huang (2007) e Zhang e Naceur (2019). Por outro lado, Castilho et al. (2012) e Goldberg e Pavcnik (2007) utilizam apenas o nível de importações e exportações, enquanto Castilho et al. (2012) considera ainda a política comercial.

Por último, outra medida bastante utilizada é a variação nas tarifas, utilizada por Kis-Katos e Sparrow (2015), McCaig (2011) e Topalova (2007, 2010). Certos estudos também utilizam medidas de globalização, como por exemplo Bergh e Nilsson (2014), enquanto Agénor, (2004) quantifica a abertura comercial ao exterior através da variação percentual nos termos de troca.

3. Metodologia

Este capítulo abrange o desenvolvimento da metodologia e encontra-se dividido em duas subsecções, sendo que na primeira é apresentado o conceito de meta-análise; e a segunda incide no procedimento de recolha e seleção dos estudos elegíveis para a execução da mesma.

3.1. Meta-análise

A metodologia a adotar a fim de responder à questão de investigação consiste numa meta-análise. A meta-análise é um método quantitativo de revisão de literatura em que são utilizados procedimentos estatísticos específicos para combinar os resultados de diferentes estudos empíricos existentes sobre um determinado tema e definir uma estimativa do efeito global (Davis et al., 2014; Neves et al., 2016).

Um dos principais objetivos da meta-análise consiste em identificar padrões entre os resultados, fontes de discordância ou outras relações pertinentes que possam surgir entre os vários estudos; e organizar os efeitos encontrados ao longo dos estudos num único conjunto de dados, para através de metodologias estatísticas e analíticas explicar as disparidades encontradas nos resultados. Torna-se especialmente útil quando existem estudos com resultados inconclusivos ou contraditórios sobre uma questão, para averiguar os fatores que causam as variações nos resultados (Imbeau et al., 2001; Neves et al., 2016; Roscoe & Jenkins, 2005).

De facto, a meta-análise tem a vantagem de resumir os resultados dos estudos de forma sistemática, sendo reconhecida como um método objetivo e quantitativo que fornece estimativas menos tendenciosas sobre um determinado tema, em comparação com revisões de literatura tradicionais. Ou seja, é uma técnica muito seletiva na medida em que inclui apenas resultados de estudos quantitativos e mesmo esses podem ser excluídos caso não apresentem as informações estatísticas específicas exigidas para proceder à meta-análise (Guzzo et al., 1987; Lee, 2018; Neves et al., 2016).

No âmbito do estudo a realizar o objetivo da utilização da meta-análise passa por localizar e recolher toda a informação possível acerca do efeito da abertura comercial ao exterior sobre a pobreza, combinando a informação de maneira a: i) estimar o efeito global médio, isto é, determinar a magnitude com que, em média, a abertura ao comércio externo reduz a pobreza; e ii) explicar as disparidades observadas nos resultados.

3.2. Seleção de Estudos para a Meta-análise

O procedimento para a realização da meta-análise após a formulação da questão de investigação é a identificação da literatura empírica relevante (Mikolajewicz & Komarova, 2019). Neste caso em concreto o foco para a recolha e seleção da literatura empírica, são os estudos que analisam o impacto da abertura comercial ao exterior sobre a pobreza, que serão posteriormente analisados.

Assim, em primeiro lugar pesquisaram-se estudos empíricos nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, contendo as palavras-chave/expressões: “*Effect and trade and poverty*”, “*trade liberalization and poverty reduction*”, “*trade openness*”, “*poverty alleviation*”, “*international trade*” e “*does trade reduce poverty*”; limitando a área de estudo a “*Economics*”, “*Development Studies*” e “*Economics, Econometrics and Finance*”; e ainda considerando como estudos relevantes artigos publicados, *working papers* e *review articles*.

Seguidamente, fez-se a mesma pesquisa, utilizando as mesmas palavras-chave e expressões recorrendo ao motor de busca “*Google Scholar*”; e por último analisou-se as referências citadas nos artigos relevantes recolhidos na primeira fase.

No fim deste processo, foi possível recolher um total de quatrocentos e vinte cinco estudos, para os quais foi realizada uma seleção de forma a determinar a sua elegibilidade para proceder à meta-análise, pelo que foram excluídos artigos: teóricos; duplicados; que não continham informação estatística relevante para a execução da meta-análise (como o desvio padrão e a estatística t); que não estavam relacionados com o tema; que estudavam o nexo de causalidade inverso; que estudavam o impacto da abertura comercial ao exterior noutras variáveis não relevantes neste estudo (como por exemplo o índice de desigualdade, o crescimento económico, o índice de desenvolvimento humano, o emprego ou o desenvolvimento financeiro); e os que recorriam ao modelo *computable general equilibrium* (Afonso et al., 2020; Mikolajewicz & Komarova, 2019). Assim resultando num total de setenta e três estudos elegíveis para a execução da meta-análise, dos quais foi possível compilar mil cento e trinta e oito estimativas do efeito da abertura comercial ao exterior sobre a pobreza.

Posto isto, é de notar que ao longo dos artigos analisados são utilizadas diferentes medidas de pobreza e de abertura comercial, o que dificulta a comparação dos coeficientes entre si, sendo necessário convertê-los para uma métrica comum. Neste caso, para cada estimativa

recolhida recorre-se ao cálculo do coeficiente de correlação parcial (r_i) e ao respetivo desvio padrão (SE_{ri}), dados por (1) e (2), respetivamente:

$$(1) r_i = t_i / \sqrt{t_i^2 + df_i}$$

$$(2) SE_{ri} = \sqrt{(1 - r_i^2) / df_i}$$

Sendo t_i a estatística t e df_i os graus de liberdade associados às estimativas do impacto da abertura comercial ao exterior na pobreza (Afonso et al., 2020). Tendo isto em conta, a Tabela 1 resume as principais características dos setenta e três estudos incluídos na meta-análise.

Tabela 1. Síntese das Principais Características dos Estudos

Estudo	Nº Est	Média r_i	Países	Estrutura de Dados	Método de Estimação
Onwachukwu & Yan (2021)	48	0.00084	Rússia	Panel Data	DID
Ali & Malik (2015)	16	0.02612	Paquistão	Time Series	ARDL
Akmal et al. (2007)	1	0.14276	Paquistão	Time Series	ECM
Chishti et al. (2021)	4	0.17609	Paquistão	Time Series	NARDL
Mbabazi et al. (2001)	3	-0.18503	PVD	Cross Section; Panel Data	OLS; POLS
Boukhatem (2016)	6	0.04075	PVD	Panel Data	GMM
Olarinde & Bello (2021)	6	0.13905	Nigéria	Time Series	FMOLS
Hassan et al. (2020)	8	-0.12859	PVD	Panel Data	FGLS
Macdonald & Majeed (2010)	6	0.00720	PVD	Panel Data	2SLS; GMM
Roemer & Gugerty (1997)	8	0.198901	PVD; PD	Cross Section	OLS
Kpodar & Singh (2011)	15	0.02420	PVD	Panel Data	One-step System GMM
Seven & Coskun (2016)	26	0.02351	PE	Panel Data	OLS; System GMM; One-step System GMM
Santarelli & Figini (2002)	46	-0.10030	PVD	Panel Data	OLS; FGLS; GLS; MLE
Agénor (2004)	12	0.15057	PVD	Panel Data	OLS with FE; OLS and IV with FE
Park & Claveria (2018)	16	-0.01220	156 Países	Panel Data	System GMM
Oh & Lee (2018)	18	-0.11556	PVD	Time Series	Tow-way FE
Chaudhry & Imran (2013)	1	-0.04450	Paquistão	Time Series	AR
Le Goff & Singh (2014)	28	0.02528	Países Africanos	Panel Data	System GMM
Uzonwanne (2018)	3	-0.03786	Nigéria	Time Series	ARDL

Estudo	Nº Est	Média r_i	Países	Estrutura de Dados	Método de Estimação
Li et al. (2022)	1	-0.01160	Países Asiáticos	Time Series	σ and β convergence measure
Santos-Paulino (2017)	47	-0.02285	PVD	Panel Data	System GMM; OLS; RE; FE
Maku et al. (2021)	7	0.17821	Nigéria	Time Series	ARDL
McCaig (2011)	7	-0.34691	Vietname	Cross Section	OLS
Topalova (2010)	36	0.09537	Índia	Panel Data	IV; OLS; Reduced form
Beck et al. (2007)	4	-0.13803	PVD; PVT	Cross Section	OLS
Zhang & Naceur (2019)	50	-0.19054	PVD; PD	Panel Data	OLS; IV
Singh & Huang (2015)	30	0.24287	SSA	Panel Data	FGLS; FGLS (IV)
Harrison (2006)	8	-0.08405	PVD	Cross Section	IV
Lee (2014)	6	-0.32952	PVD	Cross Section	OLS
Neutel & Heshmati (2006)	12	-0.27128	PVD	Cross Section	OLS
Micah et al. (2022)	3	-0.13065	Nigéria	Time Series	ARDL
Pradhan & Mahesh (2014)	8	-0.37043	PVD	Panel Data	RE; 2SLS
Qadir et al. (2000)	12	-0.78716	Paquistão	Time Series	OLS
Umair & Awan (2019)	10	0.00923	Paquistão	Time Series	OLS; ARDL
Yasmin & Qamar (2015)	1	-0.26798	Paquistão	Time Series	VAR
Hasan et al. (2006)	16	0.10911	> 100 Países	Cross Section	OLS
Fauzel (2020)	1	-0.35941	Maurícias	Time Series	VECM
Huang et al. (2010)	17	0.11776	Ásia; LA	Panel Data	FE; FE/2SLS
Bergh & Nilsson (2014)	113	0.10531	114 Países	Panel Data	FE; POLS; RE; FE
Ravallion (2006)	12	-0.04621	China; Marrocos	Time Series	OLS
Cruz & Ahmed (2018)	6	-0.05492	180 Países	Panel Data	OLS; FE; GMM
Tsai & Huang (2007)	10	0.25483	Taiwan	Time Series	IV
Kis-Katos & Sparrow (2015)	90	-0.00796	Indonésia	Panel Data	OLS
Durongkaveroj & Ryu (2019)	12	-0.49690	Tailândia	Panel Data	OLS; IV; Reduced form
Manzoor et al. (2019)	4	0.08291	Região SAARC	Panel Data	FE
Do et al. (2021)	8	0.00550	Vietname	Panel Data	FE; Spacial Durbin Model with FE
Agusalim (2017)	1	-0.31073	Indonésia	Time Series	VECM
Li (2009)	1	-0.11793	China	Panel Data	SURE
Chau (2022)	12	-0.02212	195 Países	Panel Data	FE; POLS

Estudo	Nº Est	Média r_i	Países	Estrutura de Dados	Método de Estimação
Goldberg & Pavcnik (2007)	24	0.00191	Colômbia	Cross Section	OLS
Modeste (2019)	2	-0.33860	Guyana	Time Series	ECM
Adha et al. (2018)	1	0.32439	Indonésia	Time Series	OLS
Dung (2004)	2	-0.33771	Vietname	Panel Data	OLS
Anyanwu & Anyanwu (2017)	4	0.06503	SSA	Cross Section	POLS; IV-2SLS
Ul-Haq et al. (2022)	36	0.38772	Paquistão	Panel Data	FGLS
Rewilak (2017)	12	-0.00595	PVD	Cross Section	IV
Osinubi (2020)	8	-0.25125	MINT	Time Series	GMM
Zafar et al. (2018)	1	-0.45468	Paquistão	Time Series	OLS
Shakil & Imran (2022)	1	-0.24528	Paquistão	Time Series	ARDL
Liang (2006)	2	0.02536	China	Panel Data	OLS
Dollar & Kraay (2004)	2	0.00010	Países ricos; PVD	Panel Data	System GMM
Yameogo & Omojolaibi (2021)	3	0.05414	SSA	Panel Data	System GMM; ARDL
Trabelsi & Liouane (2013)	4	-0.01765	PVD	Panel Data	RE; FE
Durongkaveroj & Ryu (2018)	30	-0.11220	Tailândia	Panel Data	OLS; IV; Reduced form
Mathur (2003)	3	0.01802	Países Asiáticos	Cross Section	OLS
Castilho et al. (2012)	24	0.01207	Brasil	Panel Data	FE
Topalova (2007)	100	0.04833	India	Panel Data	OLS; IV; Reduced form
Kelbore (2015)	4	0.11504	Países Africanos	Panel Data	System GMM
Ezzat (2018)	6	0.27901	MENA	Panel Data	GMM
Krishna et al. (2010)	15	-0.24836	India	Panel Data	FE
Hassan & Siddiqi (2010)	2	-0.33300	Paquistão	Time Series	FMOLS; ECM
Hasselman (2021)	33	-0.04835	43 Países	Panel Data	FE
Shahbaz et al. (2010)	3	-0.49787	Paquistão	Time Series	ARDL

Elaboração Própria

Nota: Nº Est. – número de estimativas; DID – *difference-in-difference*; ARDL – *Autoregressive Distributed Lag*; ECM – *Error Correction Model*; NARDL – *Non-linear Autoregressive Distributed Lag*; OLS – *Ordinary Least Squares*; POLS – *Pooled OLS*; GMM – *Generalized Method of Moments*; FMOLS – *Fully Modified OLS*; 2SLS – *Two-Stage Least Squares*; FGLS – *Feasible Generalized Least Squares*; GLS – *Generalized Least Squares*; MLE – *Maximum Likelihood Estimator*; FE – *Fixed effects*; RE – *Random Effects*; IV – *Instrumental Variables*; AR – *Autoregressive Model*; VAR – *Vector Autoregressive Models*; VECM – *Vector Error Correction Model*; SURE – *Seemingly Unrelated Regression*.

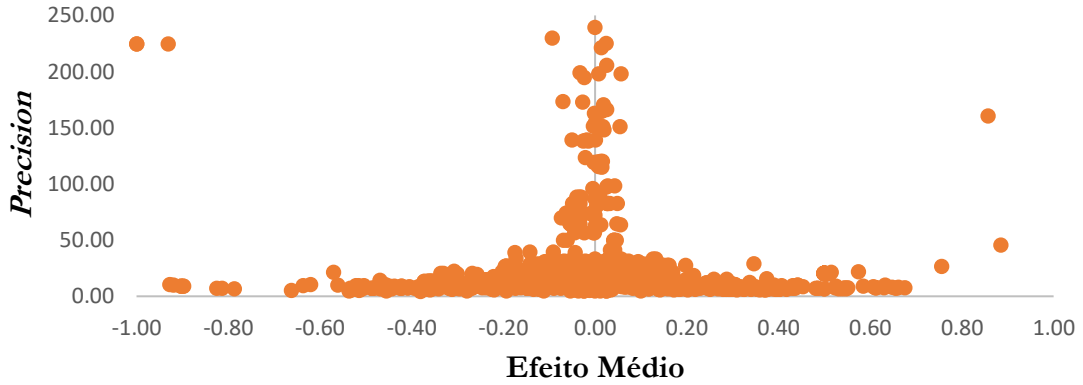
4. *Publication Bias* e Estimativa do Efeito Médio

Após a construção da base de dados importa estimar o efeito médio da abertura ao comércio internacional na pobreza e verificar a existência de *publication bias* ao longo dos estudos empíricos.

O problema da *publication bias* ocorre quando a seleção de estudos para publicação tem por base o critério da significância estatística dos resultados e/ou quando os resultados satisfazem determinadas expectativas teóricas preconcebidas. Ou seja, os estudos que reportam resultados estatisticamente significativos são tratados de forma favorável, ao terem uma maior probabilidade de ser publicados, ao contrário daqueles cujos efeitos são pequenos e insignificantes e, portanto, são menos prováveis de ser publicados porque poderão dizer pouco sobre o fenómeno em questão. Assim sendo, a *publication bias* leva a um conjunto reduzido de estudos publicados e consequentemente à limitação dos resultados empíricos disponíveis. Além disso, a sua existência leva à distorção dos resultados empíricos, uma vez que o efeito em análise tende a ser sobrestimado (Doucouliagos, 2005; Stanley et al., 2008).

De maneira a detetar a presença de *publication bias* é comum a execução do *funnel plot*, que toma a forma de um funil invertido quando não existe *publication bias*, neste caso as estimativas variam de forma aleatória e simétrica em torno da média, observando-se uma maior dispersão na parte inferior do gráfico. Por outro lado, quando existe *publication bias* numa determinada direção, os estudos com maiores desvios padrão e, portanto, amostras menores, tendem a apresentar estimativas de maior magnitude de forma a obter resultados estatisticamente significativos (Afonso et al., 2020; Doucouliagos, 2005). O *funnel plot* para as estimativas relativas ao efeito da abertura ao comércio internacional sobre a pobreza é apresentado na figura 1, onde no eixo horizontal são apresentadas as estimativas do efeito médio e, no eixo vertical, as estimativas da *Precision* ($1/SE_{\beta_i}$).

Figura 1. *Funnel Plot*



Elaboração Própria

Aparentemente, de acordo com o *funnel plot*, não existe *publication bias* uma vez que as estimativas variam de forma aleatória e simétrica em torno do efeito médio (-0.0041). Contudo, é possível corroborar esta conclusão de forma mais rigorosa através da estimação da seguinte regressão simples:

$$(3) \quad r_i = \alpha_0 + \alpha_1 SE_{ri} + \mu_i$$

onde r_i e SE_{ri} correspondem ao coeficiente de correlação parcial (como calculado em (1)) e aos respectivos desvios-padrão (como calculado em (2)), respectivamente. Na presença de *publication bias*, r_i irá depender de SE_{ri} , enquanto na ausência de *publication bias*, as estimativas de r_i vão variar aleatoriamente em torno do efeito médio, α_0 , independentemente do valor de SE_{ri} . Neste âmbito executam-se os testes *funnel asymmetry test* (FAT) para α_1 e *precision effect test* (PET) para α_0 , testando a existência de *publication bias* e do efeito médio significativo em simultâneo, através das hipóteses (Afonso et al., 2020; Stanley, 2005):

- $\alpha_1 = 0$, não há *publication bias*;
- $\alpha_1 \neq 0$, há *publication bias*;
- $\alpha_0 = 0$, o efeito médio é nulo (não é significativo);
- $\alpha_0 \neq 0$, o efeito médio é significativo.

No entanto, a estimativa da regressão (3) levanta dois problemas econométricos, sendo o primeiro a heterocedasticidade de μ_i , dado que cada r_i tem o seu próprio desvio-padrão pelo

que a solução passa por dividir toda a regressão pelo desvio padrão (SE_{ri}) (Stanley, 2005), o que resulta em:

$$(4) \quad t_i = \alpha_0 precision_i + \alpha_1 + e_i$$

onde $t_i = r_i/SE_{ri}$ é a estatística t dos estudos primários e $precision = 1/SE_{ri}$. É de notar que os coeficientes estão agora revertidos, sendo que um teste à constante, α_1 , é um teste à existência de *publication bias* e a estimativa do coeficiente associado à *precision*, α_0 , é uma estimativa do efeito médio.

O segundo problema remonta à existência de dependência estatística, isto é, quando várias estimativas são retiradas do mesmo estudo há a possibilidade de estarem correlacionadas, uma vez que partilham a base de dados, as especificações e os procedimentos de estimação (Nelson & Kennedy, 2009). Neste caso, a estimação por OLS leva a estimativas enviesadas dos coeficientes α_0 e α_1 , o que se pode resolver retirando apenas uma estimativa de cada estudo. Contudo, esta solução não é desejável tendo em conta que o número de estudos é limitado e, portanto, iria reduzir ainda mais o tamanho da amostra (Afonso et al., 2020; Neves & Sequeira, 2018).

Assim a solução passa por estimar a equação (4) através de três métodos distintos: OLS com desvios padrão *clustered*; OLS com desvios padrão *bootstrapped*; e modelos hierárquicos (Neves & Sequeira, 2018). Os dois primeiros métodos permitem corrigir a correlação dentro de cada estudo, ao assumir que as observações estão agrupadas por estudo (cada estudo representa um cluster); enquanto o terceiro método considera adicionalmente que os coeficientes da regressão podem variar aleatoriamente entre estudos (Afonso et al., 2020; Cardoso et al., 2021; Ugur et al., 2016).

Posto isto, é possível estimar a equação (4) e identificar a existência (ou não) de *publication bias*, bem como a estimativa do efeito médio corrigida da distorção causada pela *publication bias*, tendo em conta os diferentes métodos de estimação. Os resultados são apresentados na tabela 2.

Tabela 2. Estimação da Equação (4)

	OLS com <i>clustered</i> SE	OLS com <i>bootstrapped</i> SE	Modelos Hierárquicos
<i>Precision</i>	-0.84875 *** (0.10890)	-0.84875 *** (0.30505)	-0.48600 ** (0.20768)
Constante	26.17342 *** (5.76244)	26.17342 *** (9.33787)	10.57502 ** (5.10338)
Observações (clusters)	1138 (73)	1138 (73)	1138 (73)
F/Wald	60.74 ***	7.74 ***	5.48 **

Elaboração Própria

Nota: A variável dependente é t . Os desvios padrões estão entre parêntesis. Nível de significância: *** P-value < 0.01, ** P-value < 0.05, * P-value < 0.1.

Analisando os resultados da tabela 2, facilmente se constata que os três métodos de estimação indicam as mesmas conclusões, o que é desejável e reforça a consistência dos resultados. No que toca ao coeficiente associado à *precision* (α_0), é possível verificar que é significativamente diferente de zero, o que demonstra que mesmo depois de se corrigir a presença de *publication bias* o efeito médio é muito significativo, além de que apresenta sinal negativo. Por outras palavras, este resultado demonstra que em média, a abertura comercial ao exterior reduz a pobreza, o que vai de encontro ao que seria de esperar tendo em conta a literatura já analisada. Relativamente à constante (α_1) observa-se que em todos os casos é significativamente diferente de zero, o que revela a existência de *publication bias* na literatura que estima o efeito da abertura ao comércio internacional na pobreza, ao contrário do que é sugerido pela análise do *funnel plot*. No entanto, deverão ser estes resultados a prevalecer, dado que a análise ao *funnel plot* é uma mera análise visual, eventualmente sujeita a uma interpretação subjetiva ou a erros, ao contrário de uma análise baseada em estimações econométricas.

5. Meta-regressão Multivariada

Nesta secção, estima-se a meta-regressão multivariada com o objetivo de explicar a heterogeneidade dos efeitos reportados nos resultados dos estudos primários. Tal como é possível observar pela tabela 1, os estudos incluídos na meta-análise diferem relativamente ao tipo de países da amostra, à estrutura de dados ou ao método de estimação utilizado para medir o efeito médio. Mas não só; existem outras características relativamente às quais os estudos diferem, tais como: o número de citações do estudo; o ano de publicação do artigo; se a unidade em análise do estudo é uma província ou um estado; a região do mundo a que pertencem os países da amostra (Ásia Oriental e Pacífico, Europa e Ásia Central, América Latina e Caraíbas, Médio Oriente e Norte de África, América do Norte, Ásia do Sul ou África Subsariana); a medida utilizada para quantificar a pobreza (*Headcount Index*, *Poverty Gap* ou o rendimento do quintil mais pobre da população); a medida de abertura comercial utilizada (rácio entre as importações e exportações e o PIB, exposição aos cortes tarifários, fluxos de exportação, importações ou o índice de globalização); se o estudo se foca numa análise do efeito a curto prazo ou a longo prazo; e se o estudo analisa o efeito da abertura comercial apenas em zonas urbanas ou apenas em zonas rurais.

Assim, analisa-se se e de que forma as diferenças nas características metodológicas dos estudos primários explicam as variações nas estimativas do efeito da abertura ao comércio internacional na pobreza (Afonso et al., 2020; Neves & Sequeira, 2018). A maioria das características metodológicas são captadas através de variáveis *dummy*, as quais são apresentadas detalhadamente na tabela 3.

Tabela 3. Variáveis Explicativas da Meta-regressão Multivariada

Variável	Tipo	Descrição
País	Dummy	1 se a unidade de análise do estudo são países; 0 caso contrário.
Província ou Estado	Dummy	1 se a unidade de análise do estudo é uma província ou estado; 0 caso contrário.
<i>East Asia and Pacific</i>	Dummy	1 se os países da amostra pertencem à região da Ásia Oriental e Pacífico; 0 caso contrário.
<i>Europe and Central Asia</i>	Dummy	1 se os países da amostra pertencem à região da Europa e Ásia Central; 0 caso contrário.
<i>Latin America and Caribbean</i>	Dummy	1 se os países da amostra pertencem à região da América Latina e Caraíbas; 0 caso contrário.
<i>Middle East</i>	Dummy	1 se os países da amostra pertencem à região do

Variável	Tipo	Descrição
<i>and North Africa</i>		Médio Oriente e norte de África; 0 caso contrário.
<i>North America</i>	Dummy	1 se os países da amostra pertencem à região da América do Norte; 0 caso contrário.
<i>South Asia</i>	Dummy	1 se os países da amostra pertencem à região do sul da Ásia; 0 caso contrário.
<i>Sub-Saharan Africa</i>	Dummy	1 se os países da amostra pertencem à região da África Subsaariana; 0 caso contrário.
Método OLS	Dummy	1 se OLS é o método de estimação utilizado; 0 caso contrário.
Método GMM	Dummy	1 se GMM é o método de estimação utilizado; 0 caso contrário.
Método IV	Dummy	1 se são utilizadas variáveis instrumentais; 0 caso contrário.
Método RE/FE	Dummy	1 se são usados como métodos de estimação os de efeitos fixos ou aleatórios; 0 caso contrário.
<i>Panel Data</i>	Dummy	1 se o estudo utiliza dados em painel; 0 caso contrário.
<i>Time Series</i>	Dummy	1 se o estudo usa dados em séries temporais; 0 caso contrário.
<i>Headcount Ratio</i>	Dummy	1 se a pobreza é medida através do <i>Headcount Index</i> ; 0 caso contrário.
<i>Poverty Gap</i>	Dummy	1 se a pobreza é medida através do <i>Poverty Gap</i> ; 0 caso contrário.
<i>Income of the poorest</i>	Dummy	1 se a pobreza é medida através do rendimento da população mais pobre; 0 caso contrário.
Abertura Comercial	Dummy	1 se a abertura comercial é medida através do rácio entre as importações e exportações e o PIB; 0 caso contrário.
Tarifas/Política Comercial	Dummy	1 se a abertura comercial é medida através da exposição aos cortes tarifários; 0 caso contrário.
Exportações	Dummy	1 se a abertura comercial é medida pelos fluxos de exportação; 0 caso contrário.
Importações	Dummy	1 se a abertura comercial é medida através das importações; 0 caso contrário.
Índice de Globalização	Dummy	1 se a abertura comercial é medida através do índice de globalização; 0 caso contrário.
Curto Prazo	Dummy	1 se o estudo se foca numa análise do efeito a curto prazo; 0 caso contrário.
Longo Prazo	Dummy	1 se o estudo se foca numa análise do efeito a longo prazo; 0 caso contrário.
Zonas Rurais	Dummy	1 se o estudo analisa o efeito da abertura comercial sobre a pobreza apenas nas zonas rurais; 0 caso contrário.
Zonas Urbanas	Dummy	1 se o estudo analisa o efeito da abertura comercial sobre a pobreza apenas nas zonas urbanas; 0 caso contrário.

Variável	Tipo	Descrição
Citações	Quantitativa	Raiz quadrada do número de citações dos artigos (informação retirada do <i>Google Scholar</i> a 18/04/2023)
Ano-1996	Quantitativa	Ano de publicação do estudo (1996 = ano 0)

Elaboração Própria

A estimação da meta-regressão multivariada será feita recorrendo aos mesmos métodos utilizados anteriormente: OLS com desvios padrão *clustered*; OLS com desvios padrão *bootstrapped*; e modelos hierárquicos.

Importa ainda referir que como o número de variáveis explicativas é muito elevado, o que pode trazer vários problemas econométricos, nomeadamente a multicolinearidade e o sobreajustamento, foi necessário selecionar algumas delas. Desta forma, seguiu-se uma metodologia de estimação do modelo geral para específico, em que se excluíram as variáveis mais insignificantes (com maior *P-value*), uma de cada vez, até que todas as restantes variáveis apresentassem significância estatística (Ugur et al., 2016). Assim, as seguintes variáveis foram descartadas: “País”, “*East Asia and Pacific*”, “*Latin America and Caribbean*”, “*Middle East and North Africa*”, “*North America*”, “*South Asia*”, “*Sub-Saharan Africa*”, “Método IV”, “*Headcount Ratio*”, “*Poverty Gap*”, “*Income of the poorest*”, “Abertura Comercial”, “Tarifas/Política Comercial”, “Exportações”, “Importações”, “Índice de Globalização”, “Curto Prazo”, “Longo Prazo”, “Citações” e “Ano-1996”. Tendo isto em conta, os resultados da meta-regressão são apresentados na tabela 4.

Tabela 4. Estimação da Meta-regressão Multivariada

	OLS com <i>clustered</i> SE	OLS com <i>bootstrapped</i> SE	Modelos Hierárquicos
<i>Precision</i>	-0.01018 (0.01666)	-0.01018 (0.67589)	-0.07213 *** (0.02458)
Província ou Estado	-0.35738 *** (0.12547)	-0.35738 ** (0.16701)	-0.44474 *** (0.11125)
<i>Europe and Central Asia</i>	0.54883 *** (0.11495)	0.54883 *** (0.19911)	0.53114 *** (0.10293)
Método OLS	0.06781 *** (0.00394)	0.06781 (0.04905)	0.09046 *** (0.00523)
Método GMM	0.20692 *** (0.06111)	0.20692 ** (0.08371)	0.09017 (0.09340)
Método RE/FE	0.20396 ** (0.08431)	0.20396 (0.13073)	0.03585 (0.11512)

Panel Data	-0.60106 *** (0.11677)	-0.60106 (0.63776)	-0.51835 *** (0.10098)
Time Series	-1.67908 *** (0.45195)	-1.67908 ** (0.68866)	-1.81254 *** (0.56303)
Zonas Rurais	0.19349 *** (0.00427)	0.19349 *** (0.02966)	0.21009 *** (0.00565)
Zonas Urbanas	-0.09343 *** (0.00211)	-0.09343 (0.11081)	-0.06317 *** (0.00673)
Constante	10.55805 *** (3.19525)	1.55805 ** (4.26082)	12.2834 *** (4.08654)
Observações (Cluster)	1138 (73)	1138 (73)	1138 (73)
F/Wald	99999.00 ***	66.82 ***	1.51e+07 ***

Elaboração Própria

Nota: A variável dependente é t . Todas as variáveis explicativas estão divididas por SE_{ti} . Os desvios padrões estão entre parêntesis. Nível de significância: *** P-value < 0.01, ** P-value < 0.05, * P-value < 0.1.

Relativamente aos resultados obtidos, sempre que se observa que em todos os métodos de estimação o sinal e a significância do coeficiente se mantêm, a consistência é forte; enquanto se a variável for estatisticamente significativa em apenas num dos métodos de estimação, a consistência é moderada (Ugur et al., 2016). Neste sentido, verifica-se que à exceção da variável “Método RE/FE”, que só apresenta significância estatística através da estimação pelo método OLS com desvios padrão *clustered*, há uma grande consistência em torno dos coeficientes estimados, o que reforça a robustez dos resultados.

É possível identificar que as variáveis “*Europe and Central Asia*” e “Zonas Rurais”, são estatisticamente significativas a 1% em todos os métodos de estimação e apresentam um coeficiente com sinal positivo. Tendo isto em conta, deduz-se que os estudos que analisam o efeito da abertura comercial ao exterior na redução da pobreza para a região da Europa e Ásia Central reportam um impacto não tão forte, ou seja, mais positivo comparativamente às outras regiões.

Relativamente às “Zonas Rurais”, é sugerido que o impacto da abertura ao comércio internacional é em geral menor na redução da pobreza quando se consideram zonas rurais, face aos estudos que não consideram estas zonas.

Também as variáveis “Província ou Estado” e “*Time Series*”, apresentam significância estatística a 1% em dois dos métodos de estimação e a 5% em um dos métodos, mantendo o sinal negativo. Assim, é possível afirmar que os estudos que analisam o efeito da abertura

comercial ao exterior ao nível das províncias ou estados reportam um impacto mais forte na redução da pobreza, face aos estudos que utilizam outra unidade de análise. Igualmente, os estudos que utilizam dados em séries temporais apresentam um efeito da abertura ao comércio internacional na redução da pobreza mais forte, em relação aos estudos que consideram outro tipo de dados.

No que toca às variáveis, “*Panel Data*”, “Zonas Urbanas” e “Método OLS” denota-se que apresentam significância estatística a 1 % em dois dos métodos de estimação; enquanto a variável “Método GMM” apesar de também ser estatisticamente significativa em dois modelos apresenta significâncias distintas, sendo significativa a 1% em um modelo e a 5% noutro modelo. Posto isto, salienta-se que “*Panel Data*” apresenta sinal negativo em todos os modelos, pelo que os estudos que utilizam dados em painel apresentam um impacto da abertura ao comércio externo mais forte na redução da pobreza, em comparação com os que utilizam outra estrutura de dados. Do mesmo modo, também os estudos que analisam o efeito da abertura comercial ao exterior nas zonas urbanas destacam um impacto mais negativo na redução da pobreza, visto que a *dummy* tem sinal negativo em todos os modelos.

Por outro lado, sabendo que as variáveis “Método OLS” e “Método GMM” têm coeficientes positivos, constata-se que o impacto da abertura comercial ao exterior na redução da pobreza não é tão forte nos estudos que recorrem a estes métodos para estimar o efeito médio, face aos estudos que não utilizam nenhum destes métodos. De facto, a literatura indica que normalmente o valor absoluto dos coeficientes instrumentados são ligeiramente superiores aos coeficientes OLS, o que sugere que a estimativa do efeito médio através do método OLS pode ser considerado um limite inferior para a magnitude do efeito da abertura comercial sobre a pobreza.

Considerando a variável “Método RE/FE”, constata-se que esta só é estatisticamente significativa a 5% em um modelo, sendo que o coeficiente se mantém positivo nos três modelos. Assim, em média o efeito dos estudos que utilizam este método é positivo, no entanto como nem sempre é significativo, à partida não é muito relevante para a análise das variações na estimativa do efeito.

Passando agora à discussão dos resultados, no que toca à estrutura de dados, foi possível apurar que tanto os estudos que utilizam dados em painel como os que utilizam séries temporais preveem um impacto mais negativo na redução da pobreza, face aos estudos que não recorrem a este tipo de dados. Isto indica que os efeitos da abertura comercial ao exterior

sobre a redução da pobreza são mais fortes na dimensão temporal do que na dimensão seccional.

Relativamente ao resultado da *dummy* “*Europe and Central Asia*”, este pode estar relacionado com causas estruturais do sistema de rendimentos ou do mercado de trabalho, em que os benefícios do comércio não estão a ser transferidos para a população mais pobre desta região, daí o impacto não ser tão forte. Um aspeto importante é a reafecção de mão-de-obra em resposta às reformas comerciais, pelo que se há deslocação de trabalhadores de indústrias importadoras, que não estão a ser absorvidos por indústrias com vantagem comparativa ou por indústrias exportadoras, implica que normalmente se observem transições para o estatuto de trabalhador informal e para o desemprego, o que pode originar pobreza na região em causa (Castilho et al., 2012). Além disso, também a qualidade das infraestruturas desta região pode reduzir potencialmente a capacidade de comércio e isolar as regiões mais pobres, tornando-as menos reativas às alterações pautais (Hasselman, 2021).

Destaca-se ainda que no que toca às variáveis “zonas rurais” e “zonas urbanas”, dado que a primeira apresenta coeficientes positivos e a segunda coeficientes negativos, para todos os métodos de estimação, é sugerido pelos resultados apresentados que o impacto da abertura comercial ao exterior na redução da pobreza é mais forte em zonas urbanas face às zonas rurais, onde geralmente é menor. Efetivamente, a literatura empírica indica que a mudança induzida pela abertura comercial ao exterior pode ser diferente consoante a região e as características do agregado familiar. Normalmente as famílias mais vulneráveis vivem em zonas rurais e são dependentes da agricultura, verificando-se um impacto adverso da abertura comercial ao exterior mais acentuado nestes casos, em comparação com as zonas urbanas, pelo que a redução da pobreza em zonas rurais mais expostas a cortes tarifários é normalmente mais lenta. Ao mesmo tempo, a dependência das famílias pobres em atividades de subsistência isola-as em grande medida da dinâmica do mercado de trabalho ou das alterações de preços. O que pode potencialmente explicar o facto de se encontrar um efeito menor nas zonas rurais face às zonas urbanas (Hasselman, 2021).

Neste âmbito, importa perceber de que forma é que as reduções pautais são transferidas para os preços internos. Se a elasticidade de transferência for elevada, significa que os preços internos são altamente reativos às variações tarifárias, enquanto se a mesma for baixa, indica que os preços internos são independentes dos preços externos. Assim, de acordo com Ural Marchand (2012), existem diferenças significativas nas elasticidades de transmissão entre os

mercados rurais e urbanos, sendo que a elasticidade de transmissão das zonas urbanas é superior à das zonas rurais. Os mercados urbanos apresentam maior competitividade face aos rurais, daí os seus preços internos serem mais reativos às reduções das tarifas. No que toca às zonas rurais, estas não só se encontram mais isoladas, como também têm algumas áreas cujos preços internos são completamente imunes às reduções tarifárias, o que pode ser explicado pelo elevado número de agregados familiares isolados que são autossuficientes, o que implica que o impacto das tarifas no nível de preços local seja menor, e consequentemente a elasticidade de transmissão também é menor (Ural Marchand, 2012).

Por exemplo, no caso de os pobres das zonas rurais serem produtores líquidos de produtos agrícolas e os pobres das zonas urbanas serem consumidores líquidos, uma redução das tarifas sobre os produtos alimentares leva a que os pobres das zonas rurais pouco beneficiem ou até mesmo que sejam prejudicados pelo aumento da concorrência, enquanto os pobres urbanos beneficiam de produtos mais baratos. Apesar disso, as zonas rurais poderiam beneficiar de fatores de produção mais baratos, o que permitiria que as empresas e os agricultores reduzissem os seus custos marginais, evitando a saída de mercado (Hasselman, 2021; Ural Marchand, 2012).

Por último, no que diz respeito ao resultado da *dummy* “província/estado”, é possível verificar que o facto de se encontrar um impacto mais forte nesta unidade de análise comparativamente com outras pode estar relacionado com a sua localização geográfica e a facilidade de desenvolver atividades de exportação. Isto é, as províncias ou os estados encontram-se muitas vezes localizados em zonas costeiras o que lhes confere vantagem para participar no comércio internacional e, como tal, têm a capacidade de aproveitar as circunstâncias favoráveis e tirar partido das novas oportunidades para melhorar a sua eficiência produtiva, expandir a sua produção, explorar a sua vantagem comparativa e atingir um crescimento sustentável. Tendo isto em conta, é comum a existência de políticas para atrair o investimento direto estrangeiro e promover o desenvolvimento económico nas províncias, de modo que nestas regiões surge um padrão de especialização na produção de indústrias com valor acrescentado e tecnologias de ponta. Isto permite que a população tenha mais oportunidades de emprego e melhores salários, contribuindo para um nível de pobreza reduzido. Contrariamente, as províncias que se localizam em regiões do interior poderão enfrentar desafios no seu desenvolvimento, dada a distribuição desequilibrada do comércio

externo e do investimento direto estrangeiro que geram uma disparidade de rendimentos crescente (Liang, 2006).

6. Conclusão

A abertura ao comércio internacional pode, por um lado, criar oportunidades para os pobres, aumentando o seu bem-estar, ou por outro lado, aumentar as suas vulnerabilidades, dado que existem vários canais que influenciam a forma como os agentes económicos respondem às oportunidades resultantes da abertura comercial ao exterior. Neste âmbito, a ligação entre a abertura ao comércio internacional e a pobreza gera uma grande heterogeneidade de resultados, pelo que não existe consenso na literatura empírica sobre a magnitude do impacto da abertura comercial ao exterior na redução da pobreza. Tendo isto em conta, realizou-se uma meta-análise com os objetivos de: i) determinar o efeito médio da abertura ao comércio internacional na redução da pobreza; e ii) salientar os fatores que explicam a heterogeneidade nos resultados reportados pelos estudos empíricos.

O procedimento para alcançar o objetivo passou pela recolha da literatura empírica relevante e a respetiva seleção dos estudos elegíveis para a execução da meta-análise. Em seguida, realizou-se uma regressão simples, a fim de averiguar a existência de *publication bias* e estimar o efeito médio, através de três métodos de estimação distintos: OLS com desvios padrão *clustered*; OLS com desvios padrão *bootstrapped*; e modelos hierárquicos. Por último, estimou-se uma meta-regressão multivariada, com a finalidade de identificar os fatores que explicam as variações nas estimativas do efeito da abertura comercial ao exterior na pobreza, tendo também considerado os três métodos de estimação mencionados acima.

No que toca aos resultados apurados através da regressão simples, constata-se que o efeito médio é significativo e contém sinal negativo, o que indica que em média, a abertura comercial ao exterior reduz, de facto, a pobreza; e também se verifica a existência de *publication bias* na literatura relativa a este tema, o que não é desejável na medida em que o efeito em análise tende a ser sobrestimado e isso pode distorcer os resultados empíricos.

Relativamente aos resultados da meta-regressão multivariada, foi possível obter variáveis bastantes significativas, o que salienta a consistência e robustez dos resultados. Em particular, conclui-se que o impacto da abertura comercial ao exterior na redução da pobreza: i) é mais forte na dimensão temporal face à seccional; ii) é maior nas zonas urbanas em comparação com as zonas rurais; iii) na região da Europa e Ásia Central não é tão forte face às outras regiões do mundo; iv) ao nível das províncias ou estados é mais forte, comparativamente

com outras unidades de análise; e v) é menos forte quando são usados o OLS e o GMM como métodos de estimação.

Os resultados sugerem, de uma forma geral, que o alívio da pobreza é visível sempre que as regiões conseguem ser competitivas, exploram a sua vantagem comparativa, são abrangidas por infraestruturas de qualidade e existe flexibilidade na regulamentação do mercado de trabalho. Deste modo, é possível promover a reafectação da mão-de-obra a setores com vantagem comparativa e impedir o isolamento da dinâmica do mercado de trabalho de certas zonas. Apesar disso, importa salientar que estes resultados não são regra geral para todas as regiões, dado que o impacto da abertura comercial ao exterior varia conforme a zona geográfica em análise e as características específicas de cada região.

De facto, nos países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento existem certas políticas comerciais, como por exemplo as barreiras tarifárias e não tarifárias, que limitam a sua participação no comércio internacional, pelo que as alterações económicas provocadas pela abertura comercial ao exterior dependem não só da resposta dos agentes, como também da estrutura de mercado e das infraestruturas. Neste sentido, devem de ser implementadas políticas macroeconómicas e estruturais, em paralelo com a abertura ao comércio internacional, com o objetivo de promover a competitividade, um ambiente regulamentado, reduzir os custos comerciais e ainda para melhorar o acesso ao crédito, aumentando a credibilidade dos agentes económicos na abertura ao comércio externo.

Sintetizando, a abertura comercial ao exterior é um fator que promove o alívio da pobreza, contudo os decisores políticos devem ter em atenção que não existe um padrão universal sobre a forma como a abertura comercial afeta a pobreza, dado que existem características distintas que variam entre os países e devem ser consideradas no processo de tomada de decisão.

Por fim, em futuras investigações, seria interessante perceber se a utilização de medidas de pobreza ao nível individual, leva aos mesmos resultados que os obtidos ao nível dos agregados familiares. Outro aspeto enriquecedor nesta pesquisa, seria abranger a forma como as políticas macroeconómicas complementares são implementadas e que tipo de medidas distributivas podem ser adotadas pelos decisores políticos para mitigar a pobreza.

Referências

- Afonso, O., Neves, P. C., & Pinto, T. (2020). The non-observed economy and economic growth: A meta-analysis. *Economic Systems*, 44(1). <https://doi.org/10.1016/j.econsys.2020.100746>
- Agénor, P.-R. (2004). Does globalization hurt the poor? *International Economics and Economic Policy*, 1(1), 21–51. <https://doi.org/10.1007/s10368-003-0004-3>
- Banco Mundial. (2001). *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty*. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/11856>
- Banco Mundial. (2014). *Introduction to poverty analysis (English)* (Working Paper 90288). <http://documents.worldbank.org/curated/en/775871468331250546/Introduction-to-poverty-analysis>
- Banco Mundial. (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022: Course Correcting*. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1893-6>
- Bannister, G. J., & Thugge, K. (2001). *International Trade and Poverty Alleviation* (Working Paper No. 2001/054). <https://ssrn.com/abstract=3923397>
- Beck, T., Demirgüç-Kunt, A., & Levine, R. (2007). Finance, inequality and the poor. *Journal of Economic Growth*, 12(1), 27–49. <https://doi.org/10.1007/s10887-007-9010-6>
- Bergh, A., & Nilsson, T. (2014). Is Globalization reducing absolute poverty? *World Development*, 62, 42–61. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.04.007>
- Bhagwati, J., & Srinivasan, T. N. (2002). Trade and Poverty in the Poor Countries. *American Economic Review*, 92(2), 180–183. <https://doi.org/10.1257/000282802320189212>
- Bird, K. (2004). A framework to analyse linkages between trade policy, poverty reduction and sustainable development. *Paper for the DFID Africa Trade and Poverty Programme*. <https://cdn.odi.org/media/documents/2334.pdf>
- Boukhatem, J. (2016). Assessing the direct effect of financial development on poverty reduction in a panel of low- and middle-income countries. *Research in International Business and Finance*, 37, 214–230. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2015.11.008>
- Brander, P., Witte, L. De, Ghanea, N., Gomes, R., Keen, E., Nikitina, A., & Pinkeviciute, J. (2020). *Compass: manual for human rights education with young people* (P. Brander, E. Keen, V. Juhász, & A. Schneider, Eds.; 2nd edition). Council of Europe. <https://rm.coe.int/compass-eng-rev-2020-web/1680a08e40>
- Butler, E. (2012). *The condensed wealth of nations*. Centre for Independent Studies.
- Cardoso, M., Neves, P. C., Afonso, O., & Sochirca, E. (2021). The effects of offshoring on

- wages: a meta-analysis. *Review of World Economics*, 157(1), 149–179.
<https://doi.org/10.1007/s10290-020-00385-z>
- Castilho, M., Menéndez, M., & Sztulman, A. (2012). Trade liberalization, inequality, and poverty in Brazilian States. *World Development*, 40(4), 821–835.
<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2011.09.018>
- Davis, J., Mengersen, K., Bennett, S., & Mazerolle, L. (2014). Viewing systematic reviews and meta-analysis in social research through different lenses. *SpringerPlus*, 3(1), 1–9.
<https://doi.org/10.1186/2193-1801-3-511>
- Dollar, D., & Kraay, A. (2004). Trade, Growth, and Poverty. *The Economic Journal*, 114(493), F22–F49. <https://doi.org/10.1111/j.0013-0133.2004.00186.x>
- Doucouliaqos, C. (2005). Publication bias in the economic freedom and economic growth literature. *Journal of Economic Surveys*, 19(3), 367–387. <https://doi.org/10.1111/j.0950-0804.2005.00252.x>
- Fambeu, A. H. (2021). Poverty reduction in sub-Saharan Africa: The mixed roles of democracy and trade openness. *Journal of International Trade and Economic Development*, 30(8), 1244–1262. <https://doi.org/10.1080/09638199.2021.1946128>
- Fauzel, S. (2020). Investigating the Impact of Trade on Poverty Reduction in a Small Island Economy. *Forum for Social Economics*, 51(4), 433–452.
<https://doi.org/10.1080/07360932.2020.1811746>
- Foster, J., Greer, J., & Thorbecke, E. (2010). The Foster-Greer-Thorbecke (FGT) poverty measures: 25 years later. *Journal of Economic Inequality*, 8(4), 491–524.
<https://doi.org/10.1007/s10888-010-9136-1>
- Goldberg, P. K., & Pavcnik, N. (2004). *Trade, Inequality, and Poverty: What Do We Know? Evidence from Recent Trade Liberalization Episodes in Developing Countries* (Working Paper No. 10593). <http://www.nber.org/papers/w10593>
- Goldberg, P. K., & Pavcnik, N. (2007). The Effects of the Colombian Trade Liberalization on Urban Poverty. *Globalization and Poverty*, 241–290. <https://www.nber.org/system/files/chapters/c0106/c0106.pdf>
- Guzzo, R. A., Jackson, S. E., & Katzell, R. A. (1987). Meta-analysis analysis. *Research in Organizational Behavior*, 9(1), 407–442. <https://smlr.rutgers.edu/sites/default/files/Documents/Faculty-Staff-Docs/MetaAnalysisAnalysis.pdf>
- Harrison, A., & McMillan, M. (2007). On the links between globalization and poverty. *Journal of Economic Inequality*, 5(1), 123–134. <https://doi.org/10.1007/s10888-006-9041-9>

- Hasselman, C. (2021). *Trading out of poverty: Cross-country evidence on the impact of trade liberalisation on poverty*.
- Higgins, K., & Prowse, S. (2010). *Trade, growth and poverty: making Aid for Trade work for inclusive growth and poverty reduction* (No. 313). www.odi.org.uk
- Imbeau, L. M., Pétry, F., & Lamari, M. (2001). Left-right party ideology and government policies: A meta-analysis. *European Journal of Political Research*, 40(1), 1–29. <https://doi.org/10.1023/A:1011889915999>
- Justine, I.-I. C., Ighodalo, A., & Okpo, O. C. (2012). Poverty and Sustainable Socio-Economic Development in Africa: The Nigerian Experience. *Asian Economic and Financial Review*, 2(2), 367–381. <https://archive.aessweb.com/index.php/5002/article/view/764>
- Kis-Katos, K., & Sparrow, R. (2015). Poverty, labor markets and trade liberalization in Indonesia. *Journal of Development Economics*, 117, 94–106. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2015.07.005>
- Le Goff, M., & Singh, R. J. (2014). Does trade reduce poverty? A view from Africa. *Journal of African Trade*, 1(1), 5–14. <https://doi.org/10.1016/j.joat.2014.06.001>
- Lee, Y. H. (2018). An overview of meta-analysis for clinicians. *Korean Journal of Internal Medicine*, 33(2), 277–283. <https://doi.org/10.3904/kjim.2016.195>
- Lelkes, O., & Gasior, K. (2011). Income Poverty in the EU: Situation in 2007 and Trends (based on EU-SILC 2005-2008). *Policy Brief, European Centre for Social Welfare Policy and Research*, 1, 1–14. <https://www.euro.centre.org/downloads/detail/1302>
- Liang, Z. (2006). *Threshold estimation on the globalization-poverty nexus: evidence from China* (2006/57). UNU WIDER.
- Mamoon, D. (2007). *How May International Trade Affect Poverty in a Developing Country Setup? The Inequality Channel* (No. 2716). Stationery Office. <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/2716/>
- McCaig, B. (2011). Exporting out of poverty: Provincial poverty in Vietnam and U.S. market access. *Journal of International Economics*, 85(1), 102–113. <https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2011.05.007>
- Mikolajewicz, N., & Komarova, S. V. (2019). Meta-analytic methodology for basic research: A practical guide. *Frontiers in Physiology*, 10, 1–20. <https://doi.org/10.3389/fphys.2019.00203>
- Nelson, J. P., & Kennedy, P. E. (2009). The use (and abuse) of meta-analysis in environmental and natural resource economics: An assessment. *Environmental and Resource Economics*,

- 42(3), 345–377. <https://doi.org/10.1007/s10640-008-9253-5>
- Neves, P. C., Afonso, Ó., & Silva, S. T. (2016). A Meta-Analytic Reassessment of the Effects of Inequality on Growth. *World Development*, 78, 386–400. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.10.038>
- Neves, P. C., & Sequeira, T. N. (2018). Spillovers in the production of knowledge: A meta-regression analysis. *Research Policy*, 47(4), 750–767. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2018.02.004>
- Neves, P. C., & Silva, S. M. T. (2014). Inequality and Growth: Uncovering the Main Conclusions from the Empirics. *Journal of Development Studies*, 50(1), 1–21. <https://doi.org/10.1080/00220388.2013.841885>
- OECD. (2009). Trading Out of Poverty How Aid for Trade Can Help. *OECD Journal on Development*, 10(2), 7–41. https://doi.org/10.1787/journal_dev-v10-art16-en
- Onakoya, A., Johnson, B., & Ogundajo, G. (2019). Poverty and trade liberalization: empirical evidence from 21 African countries. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 32(1), 635–656. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2018.1561320>
- OPHI, & UNDP. (2020). *Global Multidimensional Poverty Index 2020: Charting pathways out of multidimensional poverty: Achieving the SDGs*. Oxford Poverty and Human Development Initiative and United Nations Development Programme. <https://ophi.org.uk/global-mpi-report-2020/>
- Rahman, M. N., Rahman, N., Turay, A., & Hassan, M. (2022). Do Trade and Poverty Cause Each Other? Evidence from BRICS. *Global Journal of Emerging Market Economies*, 14(1), 9–31. <https://doi.org/10.1177/09749101211067076>
- Ravallion, M. (2006). Looking beyond averages in the trade and poverty debate. *World Development*, 34(8), 1374–1392. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2005.10.015>
- Rewilak, J. (2017). The role of financial development in poverty reduction. *Review of Development Finance*, 7(2), 169–176. <https://doi.org/10.1016/j.rdf.2017.10.001>
- Roemer, M., & Gugerty, M. K. (1997). *Does Economic Growth Reduce Poverty?* (CAER Discussion Paper No. 5). http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNACA656.pdf
- Roscoe, D. D., & Jenkins, S. (2005). A meta-analysis of campaign contributions' impact on roll call voting. *Social Science Quarterly*, 86(1), 52–68. <https://doi.org/10.1111/j.0038-4941.2005.00290.x>
- Sen, A. (1976). Poverty: An Ordinal Approach to Measurement. *Econometrica*, 44(2), 219–231. <https://doi.org/10.2307/1912718>

- Seven, U., & Coskun, Y. (2016). Does financial development reduce income inequality and poverty? Evidence from emerging countries. *Emerging Markets Review*, 26, 34–63. <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2016.02.002>
- Sharma, N. K. (2013). Globalization and its Impact on the Third World Economy. *Crossing the Border: International Journal of Interdisciplinary Studies*, 1(1), 21–28. <https://doi.org/10.3126/ctbijis.v1i1.10465>
- Sheffett, O. (2017). Differentially Private Ordinary Least Squares. *International Conference on Machine Learning*, 70, 3105–3114. <https://proceedings.mlr.press/v70/sheffett17a.html>
- Singh, R. J., & Huang, Y. (2015). Financial Deepening, Property Rights, and Poverty: Evidence from Sub-Saharan Africa. *Journal of Banking and Financial Economics*, 1(3), 130–151. <https://doi.org/10.7172/2353-6845.jbfe.2015.1.6>
- Stanley, T. D. (2005). Integrating the empirical tests of the natural rate hypothesis: A meta-regression analysis. *Kyklos*, 58(4), 611–634. <https://doi.org/10.1111/j.0023-5962.2005.00305.x>
- Stanley, T. D., Doucouliagos, C., & Jarrell, S. B. (2008). Meta-regression analysis as the socio-economics of economics research. *Journal of Socio-Economics*, 37(1), 276–292. <https://doi.org/10.1016/j.socsec.2006.12.030>
- Todaro, M. P., & Smith, S. C. (2012). *Economic Development* (11th ed.).
- Topalova, P. (2007). Trade Liberalization, Poverty and Inequality: Evidence from Indian Districts. *Globalization and Poverty*, 291–336. <http://www.nber.org/chapters/c0110>
- Topalova, P. (2010). Factor immobility and regional impacts of trade liberalization: Evidence on poverty from India. *American Economic Journal: Applied Economics*, 2(4), 1–41. <https://doi.org/10.1257/app.2.4.1>
- Tsai, P.-L., & Huang, C.-H. (2007). Openness, Growth and Poverty: The Case of Taiwan. *World Development*, 35(11), 1858–1871. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2006.11.013>
- Ugur, M., Trushin, E., Solomon, E., & Guidi, F. (2016). R&D and productivity in OECD firms and industries: A hierarchical meta-regression analysis. *Research Policy*, 45(10), 2069–2086. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2016.08.001>
- Ural Marchand, B. (2012). Tariff pass-through and the distributional effects of trade liberalization. *Journal of Development Economics*, 99(2), 265–281. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2012.02.004>
- Winters, L. A. (2002). Trade liberalisation and poverty: What are the links? *World Economy*, 25(9), 1339–1367. <https://doi.org/10.1111/1467-9701.00495>

- Winters, L. A., & Martuscelli, A. (2014). Trade liberalization and poverty: What have we learned in a decade? *Annual Review of Resource Economics*, 6(1), 493–512.
<https://doi.org/10.1146/annurev-resource-110713-105054>
- Winters, L. A., Mcculloch, N., & Mckay, A. (2004). Trade Liberalization and Poverty: The Evidence So Far. *Journal of Economic Literature*, 42(1), 72–115.
<https://doi.org/10.1257/002205104773558056>
- Zhang, R., & Naceur, S. Ben. (2019). Financial development, inequality, and poverty: Some international evidence. *International Review of Economics and Finance*, 61, 1–16.
<https://doi.org/10.1016/j.iref.2018.12.015>